

**Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC Campinas
Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias – CEATEC
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**

Curso de Mestrado em Urbanismo

**OCUPAÇÃO DAS MARGENS DA REPRESA DE SALTO GRANDE DE
AMERICANA- SÃO PAULO: INTERPRETAÇÃO DE UMA PAISAGEM.**

Dissertação de Mestrado apresentada no
Programa de Pós Graduação em Urbanismo
da Pontifícia Universidade Católica de
Campinas como requisito para devida
Titulação de Mestre.

TATIANE AGUIAR FELICIANO

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Schicchi

CAMPINAS – SP

2009

RESUMO

A problemática dos assentamentos humanos, em áreas de proteção permanente (APP), tem recebido grande atenção por parte de gestores públicos e da sociedade civil. A sociedade contemporânea tem o desafio de incorporar a dinâmica dos problemas ambientais desencadeados pela ação humana, que consiste, entre outras coisas, no repensar da relação meio ambiente e configuração urbana, com implicações diretas para as áreas intra-urbanas dos municípios. Esta pesquisa desenvolve um estudo no município de Americana - São Paulo - localizado na Região Metropolitana de Campinas, uma das cidades que compõe a Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba. Procuramos compreender como as ações das várias gestões urbanas ao longo dos anos (1950 - 2006) estão repercutindo nas condições paisagísticas das regiões carentes da Represa, ou seja, a reflexão sobre a configuração urbana adquirida pela região nesse período e a qualidade sócio-ambiental do entorno da represa. Em termos metodológicos utilizou-se o levantamento histórico da cidade, a legislação do perímetro urbano, de parcelamento, uso e ocupação do solo e delimitou-se o papel das políticas públicas municipais e não municipais - industrial, de energia e de recursos hídricos - na configuração espacial da região ao longo dos anos, a fim de respaldar a análise que pretende relacionar ao resultado paisagístico, os problemas sócio-ambientais e de desenho urbano.

Palavras-chave: gestão urbana, paisagem, segregação, Americana.

ABSTRACT

The issue of human settlements on permanent protection areas (APP) have received a lot of attention from public managers and the general society. The contemporary society has the challenge of including the environmental problems created by the human action, consisting, among other things, of rethinking the relationship between environment, dwellings and urban configuration, which has direct consequences on the intra-urban areas of the city. This project aims at creating a study of the city of Americana - São Paulo, located in the metropolitan area of Campinas, one of the cities of the Piracicaba River basin. It consists in showing how the various urban management actions along the years (1950 - 2006) influence the environmental conditions of the poor areas of the dam which implies also the study of the involvement of the society and urban managers in the discussions about environmental preservation versus settlement location or else, the reflection on the urban configuration of the region in this period and the socio-environmental quality of the environs of the dam. In methodological terms, it will be used the historic survey of the city, the legislation of the urban perimeter, of the division, usage and occupation of the land and the understanding of the role of the municipal and non-municipal public policies on industry, energy and water in the spatial configuration developed along the years in the region, to support the analysis that tries to relate the socio-environmental problems to the urban design.

Keywords: dwellings, urban management, environmental preservation, segregation, Americana.

Apresentação

O conhecimento da dinâmica social, para a avaliação das condições ambientais, tem-se revelado um desafio para a gestão das cidades, com sérias implicações no que se refere à proteção ao meio ambiente e aos direitos sociais, com efeitos diretos sobre a produção do espaço urbano e sobre a paisagem (Kahtouni, 2006).

A crescente ocupação, de áreas de preservação, por moradias precárias e populações carentes, aliada à ausência de políticas públicas voltadas para a solução da questão, revelam o descaso com o direito de acesso ao desenvolvimento urbano.

O foco do presente estudo é a marginalização ocorrida na região da Represa de Salto Grande, do município de Americana – SP (Região Metropolitana de Campinas). Para estudá-la foi necessário delinear, à priori, sua estrutura de formação, dada a dificuldade de apreensão da realidade. Foi assim que se chegou ao recorte dos objetos de estudo: os assentamentos habitacionais ocorridos às suas margens e as intervenções realizadas pelas gestões urbanas (ou ausência delas) ao longo dos anos (1950 - 2006).

O que torna esta pesquisa relevante é, não só a possibilidade de apontar as questões de um urbanismo de risco, da controvérsia entre planejamento e gestão ou os problemas sociais diversos que resultam no contexto paisagístico que conclui esta pesquisa, mas principalmente apontá-los no sentido de auxiliar os gestores, de outras formas, que poderiam ser amenizados ou repensados pela ótica do manejo municipal correto as áreas de APP; e também por revelar particularidades de áreas onde ocorrem esses processos.

Esta dissertação pode se valer também de minha experiência cotidiana na cidade de Americana, a qual resido atualmente.

O interesse, de tratar a questão ambiental aliada com à exclusão social, me levou a tentar compreender também as questões de que se ocupam os gestores urbanos, e suas ações sobre a vida na cidade. Esta oportunidade do Mestrado em Urbanismo me

possibilitou trabalhar esses aspectos e, sobretudo, suas conseqüências urbanísticas e paisagísticas, foco principal de análise desse projeto sobre a configuração urbana e a paisagem resultante das condições e processos sociais presentes nas áreas do entorno da Represa de Salto Grande.

Esses temas centrais puderam ser estudados e analisados a fim de contribuir com a linha de pesquisa em GESTÃO URBANA, do Mestrado em Urbanismo da PUC-Campinas, e com o grupo de pesquisa ao qual está vinculada – Patrimônio Urbano e Arquitetônico das Cidades Paulistas - pois trata-se de assuntos pertinentes ao grupo, tais como: os estudos de políticas públicas para preservação, gestão do patrimônio urbano e ambiental para o planejamento de assentamentos humanos. As várias pesquisas e pesquisadores se mesclam na diversidade de temas abordados, enriquecendo o grupo e os resultados conclusivos.

Experiências acadêmicas e profissionais anteriores foram importantes para a escolha desse tema.

No período de dezembro de 2004 a agosto de 2005 desenvolvi um projeto de Iniciação Científica, que teve por objetivo analisar a relação entre a sociedade civil e a questão ambiental, tema que vem ocupando cada vez mais importância sociológica.

Para tanto, foi realizado um estudo de caso, sob orientação do Prof. Dr. Thales de Andrade, junto a Organizações Não-Governamentais (ONGs) que atuam na área ambiental na Região Metropolitana de Campinas (RMC). O intuito dessa análise foi perceber as formas de organização e envolvimento dessas entidades, no mundo contemporâneo, tendo como foco a realidade regional.

O resultado dessa pesquisa está longe de esgotar as preocupações com o tema, uma vez que concluímos que os processos democráticos que regem a sociedade moderna estão ainda em construção. Entretanto, um dos principais resultados conclusivos da pesquisa serviu para alertar as instituições não-governamentais a se

independerem e se desvencilharem cada vez mais do poder público, justamente porque o trabalho mostrou que boa parte das ONGs estão, de alguma forma, sendo “ajudadas” ou contando com algum tipo de auxílio de bases governistas.

No período de julho de 2005 à agosto de 2006, desenvolvi outro projeto de Iniciação Científica na PUC-Campinas, onde pude realizar a revisão bibliográfica dos principais pontos discutidos na temática ambiental atual, entre eles: a atual situação da problemática ambiental, as calamidades, os esgotamentos e os limites impostos pela natureza, contrariando um pensamento racionalista e progressista predominante desde o século XVIII, além de desenvolver os princípios do desenvolvimento sustentável e os impactos da globalização; pude, em paralelo, discutir o papel que cabe às Ciências Sociais de analisar tais problemas refletidos no âmago da sociedade capitalista industrial, no sentido de explorar as correntes da Sociologia Ambiental.

Nesta pesquisa pude avançar com o questionamento sobre o papel das inovações tecnológicas para a melhoria ambiental, especialmente, aquelas de baixo custo. Resumindo; alguns pontos principais foram retomados dessa pesquisa. Um dos aspectos concluídos foi que a inovação tecnológica para o meio ambiente se tornou uma ferramenta de marketing para as grandes empresas e o outro foi que existem inúmeras pesquisas acadêmicas nesse sentido, porém, poucas são atraentes aos empresários quando propõem um produto de baixo custo.

Desenvolvi também, de Janeiro à Dezembro de 2006, um estágio na Unidade de Estatística e Análise Sócio-econômica, ligada à Secretaria de Planejamento do Município de Americana. A experiência, além de me despertar um interesse em particular por aquela área específica, tive acesso a dados demográficos tanto de programas do IBGE quanto de outras instituições e com isso aprendi a construir perfis sócio-econômicos trabalhando intensamente com as questões da cidade. Durante esse período, sob supervisão da socióloga Maria Aparecida Martins Feliciano, tive oportunidade de organizar a publicação anual do município, o Informativo Sócio-Econômico n° 26.

INTRODUÇÃO

Para esse estudo foi necessária a exploração de alguns temas que ao mesmo tempo introduzem e delimitam os aspectos a serem concluídos ao final.

A relevância do estudo histórico do desenvolvimento urbano da área da Represa Salto Grande está na possibilidade de reduzir ao máximo o impacto que a degradação do contexto urbano traz à sociedade, tanto quanto a necessidade de alinhar desenvolvimento social ao urbanístico, especialmente para as comunidades carentes, além de contribuir para a “renovação” de um pensamento da sociedade sobre a problemática da paisagem urbana dentro dos municípios.

Segundo a Emplasa:

As especificidades dos processos de urbanização e industrialização ocorridos na Região provocaram mudanças muito visíveis na vida das cidades. De um lado, acarretaram desequilíbrios de natureza ambiental e deficiências nos serviços básicos. De outro, geraram grandes potencialidades e oportunidades em função da base produtiva (atividades modernas, centro de tecnologia de ponta, etc). Nesse cenário, cidades médias passaram a conviver com problemas típicos de cidades grandes. A proliferação de favelas, violência e pobreza urbana revelam um padrão de crescimento bastante perverso, que aprofunda as desigualdades sociais (EMPLASA, 2007).

No capítulo I “Crescimento e expansão Urbana da Cidade de Americana” traçamos um histórico da região a fim de ilustrar a história recente e particular de Americana, desde seu auge como “Princesa tecelã” até sua decadência, acompanhando a própria história econômica do Brasil e, como conseqüência, sua representatividade na Região Metropolitana de Campinas, enquanto significativa economia e seus impactos ambientais.

Trabalhamos com dados regionais de diversas fontes como a Emplasa, IBGE, DIEESE e dados utilizados pela Unidade de Estatística da Prefeitura Municipal de Americana. Com isso, conseguimos levantar os aspectos demográficos e de

urbanização, assim como realizar um cotejamento com o perfil municipal.

No Capítulo II, “Apreendendo a paisagem”, trabalhamos no sentido de caracterizar as áreas de estudo enquanto objetos de intervenção de sucessivas gestões administrativas assim como de ações sociais que determinaram a paisagem, que é descrita neste momento. Como base teórica estudamos diversos autores que tratam sobre o urbano, o ambiental e a sociedade, mas, principalmente, embasados em Saïde Kahtouni (2006) que define o conceito de paisagem escolhido para este estudo.

No Capítulo III “Detectando Diferenças”, o título já define a questão principal que delineou a metodologia utilizada para a pesquisa, onde o cotejamento permanente dos usos e apropriações dos espaços em ambas as áreas, de modo a defini-las separadamente, auxiliou a detecção de aspectos distintos da paisagem das áreas estudadas, vindo ao encontro de uma preocupação de desconstruir a visão inicial de homogeneidade daquele contexto.

Durante o Capítulo IV “Programas e Projetos” destacamos os projetos municipais pensados para as áreas, passando pela questão habitacional, num panorama mais local, contextualizado na história habitacional brasileira. E por fim, levantamos e analisamos as propostas mais recentes de requalificação urbana para ambas as áreas.

Já no capítulo V são apresentados os resultados da análise de campo, apresentando os dados tanto quantitativos quanto qualitativos, coletados nas áreas. Analisamos os mapas com informações atuais e prospectivas das áreas (loteamentos, valor do solo, zoneamento, entre outros) e definimos os principais conceitos a partir dos resultados primários elaborados em mapas temáticos sobre a formação das áreas, encaminhando-os para as conclusões finais.

CAPÍTULO I

CRESCIMENTO E EXPANSÃO URBANA DA CIDADE DE AMERICANA

A história de Americana se inicia em um momento significativo da história paulista e brasileira. Podemos demarcar o início do século XIX como o momento de início da urbanização de capitais brasileiras como São Paulo e Rio de Janeiro. A partir da instalação das fazendas de café (1800 – 1930) deu-se início a um processo de produção e comercialização em grande escala, com a necessidade de exportar o produto previamente beneficiado (torrefação, moinhos, entre outros), trazendo para essas regiões um desenvolvimento que seria a base para o futuro processo de industrialização que mais tarde se espalharia por todo o interior paulista. (ALMEIDA & RIGOLIN, 2002).

A expansão das linhas ferroviárias promoveu a fundação de muitas cidades do interior paulista. Inicialmente estradas e ferrovias ligavam apenas as cidades ao porto no litoral, contudo, gradativamente houve a necessidade de expansão também ao interior.

Já em 1867, a primeira estrada de ferro, a São Paulo Railway fazia a ligação da capital com a cidade de Santos e, no outro extremo, com a cidade de Jundiaí. Em 1872, a Companhia Paulista estenderia a ligação de Jundiaí até Campinas, em 1876, para Limeira e Rio Claro e, em 1881, até Descalvado.

Outras companhias se instalam no mesmo período, como a Ituana, em 1873, estendida até Piracicaba em 1879, a Sorocabana em 1875, estendida até Tietê em 1883, a Mogiana, instalada em 1872 e estendida a Campinas, Mogi-Mirim e Amparo em 1875, a Casa Branca em 1878, a Ribeirão Preto em 1883 e a Poços de Caldas em 1886. (DIAS, 1989: 23)

Portanto, estes investimentos, ligados ao escoamento dos produtos agrícolas, foram sediados, dentre outras cidades importantes do interior paulista, em Americana, quando se funda a Fazenda Salto Grande que se instala às Margens do rio Atibaia, e a Fazenda Machadinho, nas proximidades do Ribeirão Quilombo. São locais com uma história privilegiada, enquanto patrimônio histórico e ambiental, que deu origem à cidade de Americana e às demais cidades em seu entorno, tendo como principal comarca a

cidade de Campinas.



FOTO 1 e 2 :Casarão Fazenda de Salto Grande e Sobrado sede – Fazenda Machadinho. FONTE: PMA – Unidade de Estatística e análise sócio econômica (2008)

Em 1866 chega na região o Coronel Willian Norris e instala o núcleo de imigração de sulistas norte-americanos na fazenda Machadinho que se estende pelo território de Santa Bárbara D' Oeste. Cabe ressaltar, a importância histórica desses imigrantes norte americanos, uma vez que eles vieram para este país “fugidos” ou pelo menos em busca de uma vida nova no pós-guerra de secessão nos Estados Unidos. Aqui eles encontraram um solo propício para as culturas agrícolas, cuja experiência e novas tecnologias traziam consigo para desenvolvê-las: algodão, milho e melancia (CARTON,1981).



FOTO 3: Barracão de melancias – Estação ferroviária, 1875. FONTE: PMA – Unidade de Estatística e análise sócio econômica (2008)

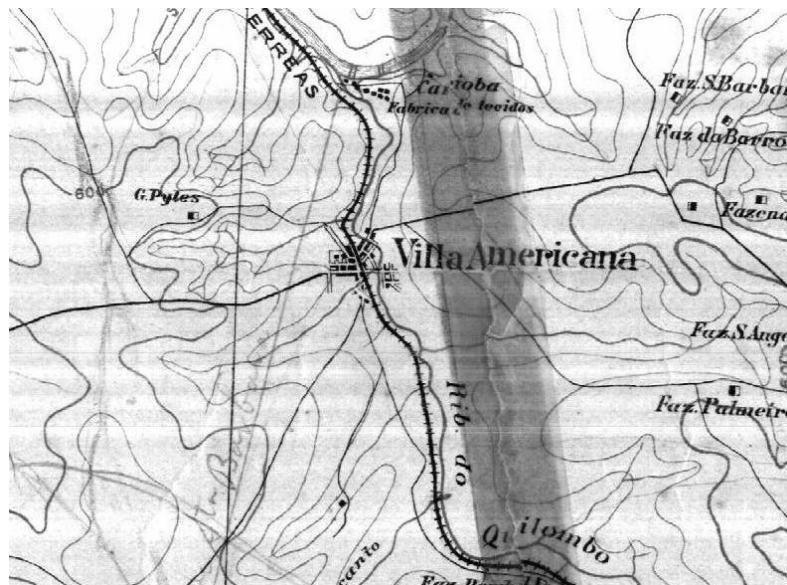
Em 1875, a Companhia Paulista de Estrada de Ferro, inaugura a Estação de Santa Bárbara d' Oeste, e com a implantação da companhia, é inaugurada uma tecelagem de algodão (uma das três primeiras do Estado São Paulo – a Carioba) embrião do futuro parque e vocação têxtil da cidade.

A Fábrica de Tecidos Carioba S.A. foi a primeira indústria criada na cidade paulista de Americana, fundada em 1889 por Clement Willmot.

Em 1902 foi comprada pelo alemão Franz Müller, que investiu e consolidou a fábrica como uma das maiores do Brasil, contribuindo intensamente com o desenvolvimento e urbanização de Americana, sendo considerada a célula mãe da industrialização da cidade.

A indústria foi comprada pelo Grupo JJ Abdalla em 1927 e, por motivos desconhecidos, encerrou suas atividades no final da década de 1970.

Antes disso, Americana experimentou a necessidade de ampliar a produção fabril e encontrou na imigração italiana sua fonte de mão de obra para a Fazenda Salto Grande. Isso deu início à urbanização em 1894, com a implantação do primeiro loteamento, o Inácio Correa Pacheco em área contígua à Estação, início do povoado americanense (LIMA,2002).



MAPA I – Cotas e condições geológicas da região de Americana/ Santa Bárbara em 1901. Note-se a ferrovia implantada paralelamente ao leito do Rio Quilombo, com a localização da Fábrica Carioba ao norte e da “Villa Americana” ao centro. À direita, implantadas à meia encosta, as sedes das fazendas. FONTE: PMA – Unidade de Geoprocessamento.

Os americanos trouxeram marcas de sua cultura e a primeira igreja instalada nesse território foi em 1895 que, ao contrário da história dos demais municípios, não era católica, mas sim Presbiteriana.

Em 1901, a massa falida da Indústria de Carioba é arrematada em leilão do Banco do Brasil com 100 teares e um gerador elétrico por Franz Herman Müller e Rawlison - “Rawlison, Müller & Cia - Fábrica de Tecidos Carioba”. Pouco tempo depois, Franz compra a parte de seus sócios.

Em 1902 a indústria volta a funcionar com a reintegração de antigos funcionários e aos poucos vão se instalando as vilas operárias, perdurando por cerca de cinquenta anos, com toda infra-estrutura urbana: água encanada, luz elétrica e esgoto. Além de espaços públicos e privados para lazer – Parque Recreativo dona Albertina – clubes, cinemas, aeroporto, açougues, escola, farmácia, leiteria, entre outros.



FOTO 4 e 5: Operários italianos da fábrica de Carioba, 1ª década do século XX e primeiras casas de operários, 2ª década do século XX. FONTE: PMA – Unidade de Estatística e Análise sócio econômica (2008).

Em 1904, a Vila da Estação foi elevada à condição de Distrito de Paz de Santo Antonio de Villa Americana, e a indústria de Carioba se torna a segunda do país. Em 1907 a indústria de Carioba adquire a fazenda Salto Grande, a mais importante da região, que possui um salto do Rio Atibaia, onde fora construída a hidrelétrica.



FOTO 6: 1ª Estação de Ferro de Americana, prédio de 1875 e foto tirada em 1911. Carroções de melancias. FONTE: PMA – Unidade de Estatística e Análise sócio-econômica (2008).

A inauguração da Usina Hidroelétrica na Fazenda Salto Grande foi em 1911, fornecendo energia para Americana, Carioba e municípios vizinhos (Sumaré, Monte Mor

e Nova Odessa).

A fazenda Salto grande fornecia algodão de excelente qualidade para a recém inaugurada indústria Carioba - a Tecelagem de Seda de Carioba-Müller, Albert & Cia . É nessa mesma época, a Fazenda de Salto Grande tornou-se fornecedora de sementes premiadas em todo Brasil.

Interessante a escolha do local para a construção de Carioba que, segundo Lima (2002), foi baseada nos princípios ingleses, a partir da relação matéria-prima, energia e mão de obra. Assim, foi implantada nas margens do rio Piracicaba, de onde se poderia conseguir energia e eliminar resíduos e ainda ter um território para os operários fabris.



FOTO 7: Usina Hidrelétrica Salto Grande – 1911. FONTE: PMA – Unidade de Estatística e Análise sócio-econômica (2008).

De 1904 a 1924, Americana já contava com indústrias pioneiras no país, tais como Fábrica de Arados de Niels Nielsen, Destilaria de Álcool de Jorge Redher e Cia Telefônica, sendo que em 1924 o município passa a ser emancipado político-administrativamente da antiga Comarca de Campinas, e passa a ser a Villa Americana.

Na década de 1930 surge a modalidade de trabalho à facção que foi fortalecido durante três décadas e impulsionou o desenvolvimento do município, pois adotou uma forma de produção avançada para a época, o que elevou ainda mais o ritmo da produção. Ainda na década de 30, foi inaugurada a hidrelétrica de Cariobinha, no ribeirão Quilombo e as ruas de Carioba receberam a primeira pavimentação do país, com piche de origem alemã.

Entretanto, em 1949 a família Müller vende a Usina de Salto Grande para a Cia Paulista de Força e Luz (CPFL), a qual até hoje possui sua concessão, com potência de 30 MW, segundo o relatório de Programa de ações ambientais (CPFL, 2007).



Foto 8: Hidrelétrica de Salto Grande, área de reservatório 1.325 hectares e perímetro de 64 Km. FONTE: Programa de ações ambientais CPFL, 2007.

Após esse período que caracterizou a história do município, outras formas de energia foram sendo instaladas para atender à necessidade crescente de energia e a intensificação do desenvolvimento urbano da cidade e do país. Tanto que em 1948 é inaugurada a Usina Termoelétrica de Carioba com capacidade de 30.000Kw.

Na década de 1960 surge a FIDAM (Feira Industrial de Americana) que fortalece o município como centro produtor têxtil, trazendo maior diversificação industrial e intenso

crescimento populacional. Como pode ser visto na tabela I abaixo, entre os anos 1970 e 80 a população do município praticamente dobra.

Já nos anos 1980 e 90, observa-se certa redução no crescimento populacional, conforme será demonstrado mais adiante, e a partir nesse momento políticas públicas voltadas à habitação serão necessárias para organizar o espaço urbano. A proporção de população urbana e rural se inverte no intervalo citado:

TABELA I - Evolução da População 1940 – 2000

ANO	URBANA	RURAL	SUBURBANA	TOTAL
Americana	2.679	4.762	2.115	10.556
Nova Odessa	554	1.847	546	2.947
1940*	3.233	6.609	3.661	13.502
Americana	8.838	4.853	4.492	18.183
Nova Odessa	587	1.805	840	3.232
1950*	9.425	6.658	5.332	21.415
1960	32.000	5.856	-	37.856
1970	62.329	3.987	-	66.316
1980	121.743	261	-	122.004
1991	153.653	187	-	153.840
2000	182.159	434	-	182.593

*O Município de Americana envolvia o Distrito de Nova Odessa
 Fonte: IBGE Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística organizado pelo Informativo Sócio Econômico 2005 da Prefeitura de Americana.

Em sua análise sobre este momento da evolução urbana da cidade, Lima (2002) afirma que se trata de um crescimento desordenado da urbanização.

Interessante apontar que o prefeito da última gestão, “Waldemar Tebaldi”, já utilizara este aspecto para definir a cidade, quando afirmava que “Americana é a Londres brasileira” e, dentre os aspectos da história da indústria na cidade, acentuando justamente este ideal progressista característico do contexto político dos anos 1950, 60 e 70.

Este ideal trouxe a dispersão dos aglomerados e, segundo Lima, também a subcentralidade: *“a primeira e mais ampla provém do núcleo habitacional do bairro Antônio Zanaga, o vetor original da suburbanização de Americana, em meados dos anos 70”*. (LIMA, 2002: 93).

MAPA II: LOCALIZAÇÃO DAS INDÚSTRIAS. Fonte:PMA.Unidade de Geoprocessamento

Lima (2002) também descreve os anos 1980 e 90 como estáveis nos níveis populacionais e, segundo a autora, principalmente por motivos econômicos pelos quais passava todo o país: “ (...) das 827 tecelagens cadastradas em 1990 restavam, sete anos depois, apenas 395. O nível de trabalhadores nessas indústrias cai de 17.845 para 8.665.” (LIMA,2002: 14)

Observando, atentamente, o mapa de crescimento da mancha urbana, é possível constatar que o crescimento urbano se deu de forma bastante difusa. Na leitura do mapa, observamos que a área central, teve sua aglomeração urbana causada pela ferrovia, inaugurada em 1912, fato que trouxe como consequência uma maior expectativa para o desenvolvimento do município.

Caracterizando a urbanização, mais especificamente, na década de 1940, houve uma expansão da área central, causando a formação de novos bairros.

Cabe ressaltar que a indústria foi a responsável pelos surtos demográficos na cidade e logo, da dispersão da urbanização para área mais periféricas, atraindo assim, as sucessivas migrações de famílias do interior do próprio Estado de São Paulo ou, um número bastante expressivo de migrantes do norte do Paraná. E isso possível constatar, claramente, nos dados estatísticos do Informativo sócio-econômico organizado anualmente pela Prefeitura de Americana.

O distrito de Nova Odessa fazia parte do perímetro da cidade de Americana, porém em 1905 instituiu-se o Núcleo Colonial Nova Odessa, nas terras recém adquiridas da Fazenda Pombal. O nome da cidade foi devido à visita que o fundador fez à cidade de Odessa, na Ucrânia, de onde trouxe o estilo arquitetônico de suas ruas. A colônia tinha predominância de judeus russos e letoneses.

Mapa III – Núcleo central de Americana e proximidade com o núcleo Colonial de Nova Odessa 1901. FONTE: PMA – Unidade de Geoprocessamento.

Temos, então, dois momentos fundamentais para entendermos a dispersão de Americana. Primeiro, trata-se da expansão da estrada de ferro em território, onde hoje é o município de Santa Bárbara D'Oeste, ganhando nova estação no povoado que se formara em 1866, com a chegada dos primeiros norte-americanos vindos do fim da Guerra de Secessão nos Estados Unidos. Vindos do sul deste país, que havia perdido a guerra e tinha sua economia baseada na produção agrícola, trouxeram inovações para as fazendas da região. Esse fato já os distinguia da população da área de influência de Santa Bárbara D'Oeste e que em 1900 ganhara o nome de Vila Americana.

Primeiramente, então, observa-se a instalação do povoado no entorno da Usina de Carioba e, em um segundo momento, a expansão, com a chegada da estrada de ferro inaugurado oficialmente em 1912 que servia primordialmente ao transporte do café e posteriormente as exportações dos tecidos de Americana.

Mas somente no pós Segunda Guerra o que estava sendo encarado como um aglomerado fabril passa a ter o aspecto de cidade. Com a venda dos salões fabris da Carioba para a família Abdalla o entusiasmo tecelão cresce, assim como a vocação do espaço urbano, com o aumento das vilas operárias e sua expansão econômica a nível nacional, ou seja, a Americana chamada "Princesa Tecelã". (LIMA,2002).

O fenômeno da dispersão urbana caracteriza um outro momento para a gestão pública desses novos assentamentos. Constitui-se em um desafio porque agrega tanto a população das áreas de expansão, fronteiriças à cidade, com todas as carências sócio-econômicas, quanto problemas relacionados à questão ambiental de âmbito regional.

Segundo dados de um estudo realizado pelo sociólogo Ricardo Ojima, Unicamp, e publicado em 15 de abril deste ano (2007) pelo Jornal O Liberal, a dispersão urbana é notória na RMC, caracterizada como média dispersão, sendo que em Americana pode ser observada em quatro regiões: **Praia Azul, Praia dos Namorados, Machadinho, Nova Carioba**. É uma cidade que está em segundo lugar no ranking de urbanização, com 99,80%, ficando atrás apenas de Hortolândia, com 100%.



FOTO 9: Reservatório de Americana. Fonte: Programa de ações ambientais CPFL(2007).

Portanto, podemos admitir que assim como eclodiu a Revolução Industrial na Inglaterra, processo que durou alguns séculos, houve em Americana, neste período, uma movimentação migratória do campo para a cidade que demandou maior organização político administrativa do território.

MAPA IV – Evolução Urbana da Cidade de Americana. Fonte: PMA – Unidade de Geoprocessamento

Historicamente havia uma pequena área de represamento de água do ribeirão Quilombo que supria uma roda d'água "equipado de uma ou duas turbinas provedoras de algumas centenas de KW" (LIMA, 2002:27):

O mapa abaixo mostra a bacia do Rio Piracicaba, principal rio de abastecimento de Americana.

MAPA V: Cidades que compõe a Bacia do Rio Piracicaba



Fonte: Projeto Tancredão. Pesquisadora: Paula Duarte Lopes. (____).

Acessível em: http://br.geocities.com/sostancredao/aguas_baciaPJC.htm. **Acesso em:** 06/07/2008.

Pode-se apresentar também dados importantes de abastecimento municipal que relacionam a Represa de Salto Grande à Bacia do Rio Piracicaba, num contexto mais regional.

1.1 O processo de decadência

Com o crescimento e desenvolvimento urbano e fabril da cidade, a Represa transformou-se em sinônimo de progresso, pois auxiliou na indústria e na urbanização. Todavia, em levantamento de dados feito pela CPFL temos:

A urbanização trouxe a erosão do solo que, somada à falta de tratamento de efluentes resultou na eutrofização da água e na proliferação de plantas aquáticas.

No quadro abaixo é possível salientar o quanto aumentou o uso do solo no entorno da represa pela urbanização desde os anos 1970 até 2003. Sobre as causas dessa explosão urbana trataremos em capítulo específico adiante, mas é possível apontarmos os principais usos do entorno da represa pelo estudo feito pela CPFL:

TABELA II: USO E OCUPAÇÃO DO SOLO – ÁREA DA REPRESA DE SALTO GRANDE – 1970 – 2003

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	1970	2003
Pastagens	41,6	29,5
Cana-de-açúcar	17,9	19,9
Reservatório	15,1	14,4
Área Urbanizada	8,2	20,7
Citricultura	4,6	0,8
Mata	3,9	4,5
Cultivo anual	3,5	2,4
Reflorestamento homogêneo	2,8	1,7
Outros usos	2,4	6,1
TOTAL	100	100

Fonte: Diagnósticos ambiental da Bacia. Programa de ações ambientais (CPFL,2007).

A tabela nos permite afirmar que enquanto atividades como pastagens, citricultura e cultivo anual diminuíram, há um aumento significativo da área urbanizada.



FOTO 10: Principais fatores de degradação do entorno da Represa. FONTE: Restauração Florestal, Programa de ações ambientais. Sinalização:Tatiane Aguiar Feliciano (CPFL,2007)

Proporcionalmente, as principais reclamações dos residentes locais são:

Tabela III: Principais problemas

Problema	%
Mau cheiro	6
Insetos	6
Lixo (água ou praias)	8
Prostituição	9
Falta de saneamento básico	10
Sujeira (água ou praias)	15
Poluição da água	17
Plantas aquáticas	26

Fonte: Programa de ações ambientais CPFL (2007)

Note-se, também, para o mapa abaixo que a própria autarquia municipal cedeu à municipalidade ilustrando os pontos que recebem água tratada:

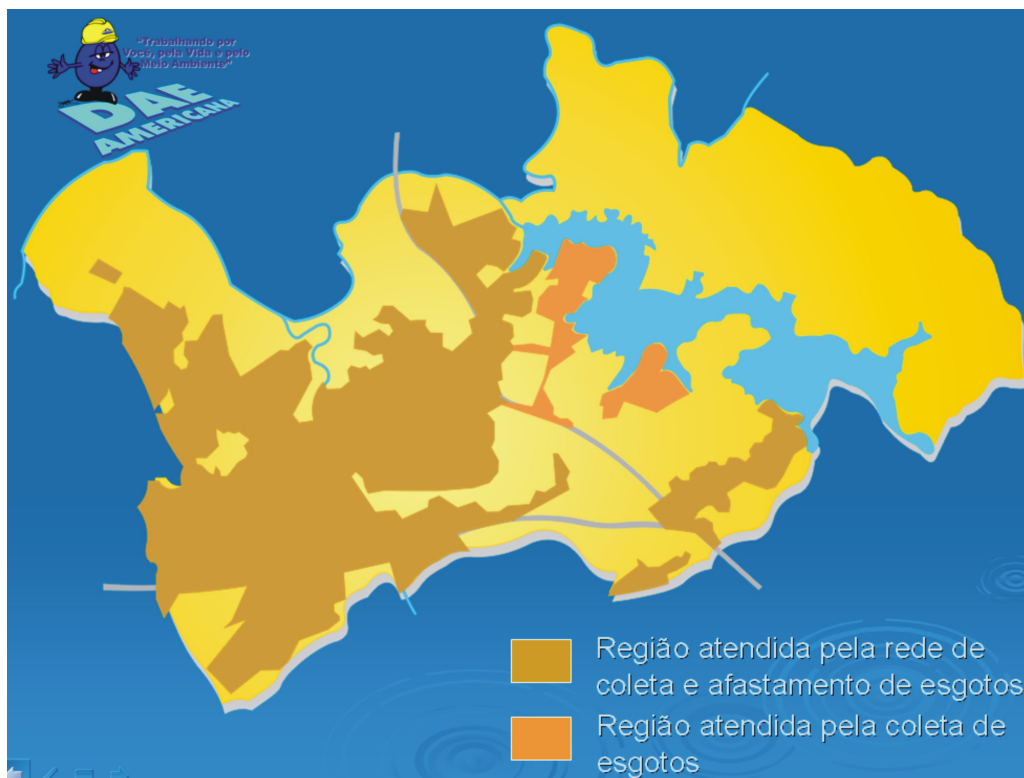
Figura I : Pontos de recebimento – água tratada



FONTE: Apresentação PDDI, Organização PMA, 2006.

Assim como temos para atendimento da rede de esgoto:

Figura II: Regiões atendidas pela coleta de esgoto



FONTE: Apresentação PDDI, Organização PMA, 2006.

Tomando-se o contexto regional da RMC, no setor que compõe Americana, temos que, devido aos principais fatores de degradação ambiental apresentados, somados aos resíduos industriais, falta de tratamento de esgoto, explosão demográfica seguida de uma urbanização precária. Como podemos observar no mapa trabalhado pelo Consórcio PCJ – Piracicaba, Capivari e Jundiaí, a situação ambiental é das piores possíveis.

dessem conta das demandas exigidas por essa nova realidade migratória que, no limite, provocou a conurbação entre municípios próximos.

1.2.1 AMERICANA E OS DADOS REGIONAIS

Como foi possível demonstrar, Americana é uma cidade que desde sua origem esteve ligada aos demais municípios da região e, no auge de seu desenvolvimento têxtil e econômico, se ligou a outras grandes regiões metropolitanas.

Segundo a Emplasa (2002), a Região Metropolitana de Campinas, com seus 19 municípios, participa significativamente dos dados de população, área e economia nacionais.

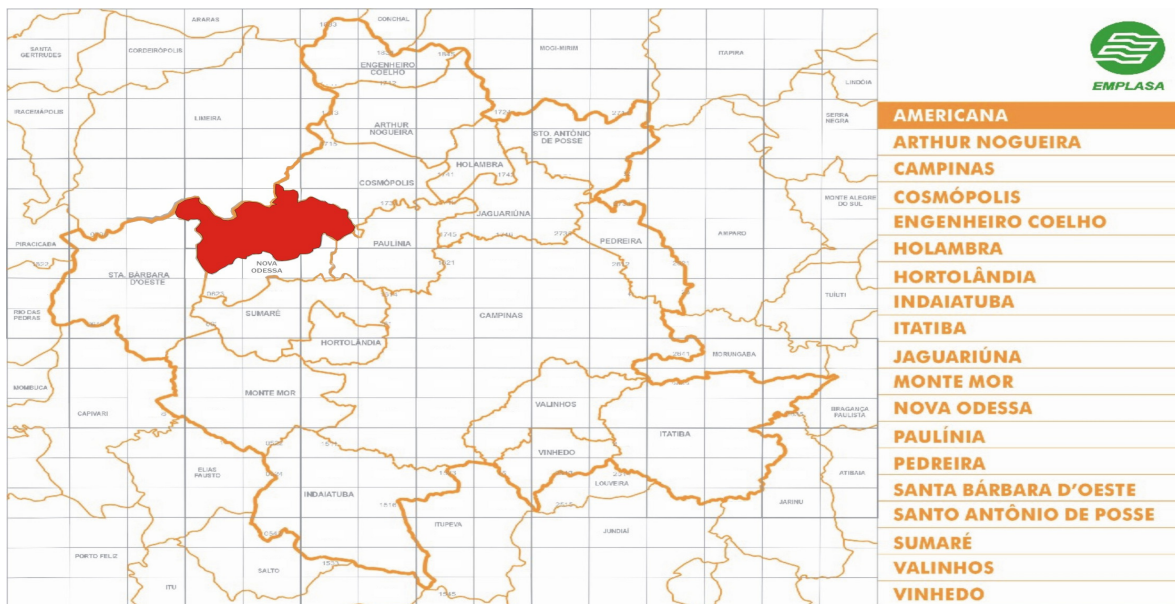
Tabela IV: População, Área e PIB 2000 – Regiões Metropolitanas

Regiões Metropolitanas	Área			População 2000			Produto Interno Bruto 2000		
	Km ²	Estado %	Brasil %	Habitantes	Estado %	Brasil %	US\$ Bi	Estado %	Brasil %
São Paulo	8.051	3,24	0,09	17.878.703	48,30	10,50	99,10	47,60	16,70
Campinas	3.673	1,48	0,04	2.338.148	26,30	1,40	25,00	12,00	4,20
Baixada Santista	2.373	0,95	0,03	1.476.820	4,00	0,90	7,40	3,60	1,20
Complexo Metropolitano Expandido	42.737	17,18	0,50	26.294.408	71,13	15,51	165,10	79,30	27,70

Fonte: Emplasa, 2002. Documento Trabalhado pela PMA, Unidade de Estatística e análise Sócio Econômico, 2006.

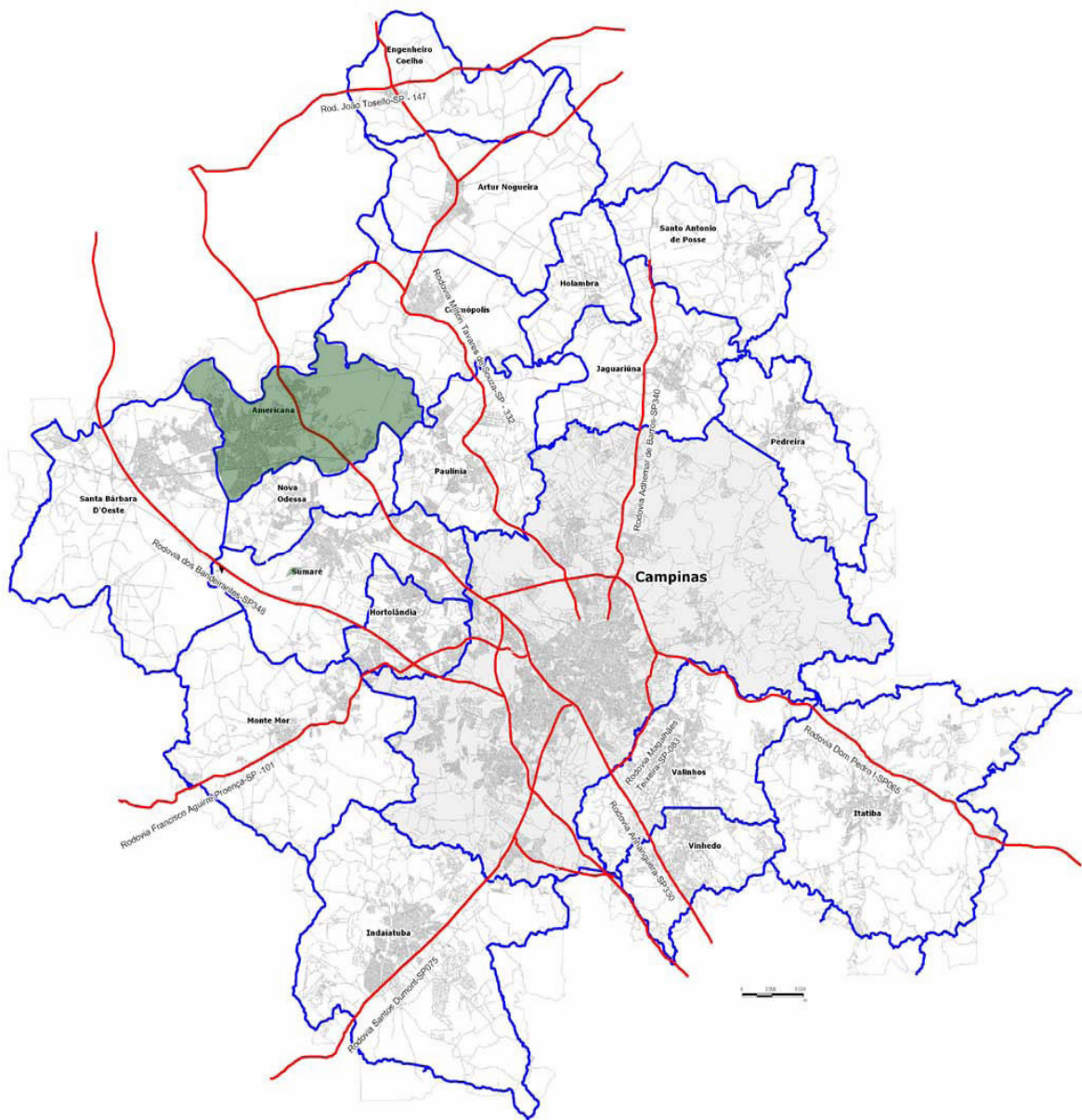
O mapa a seguir contém toda a RMC, com destaque para a localização de Americana.

Figura IV: Municípios da Região Metropolitana de Campinas



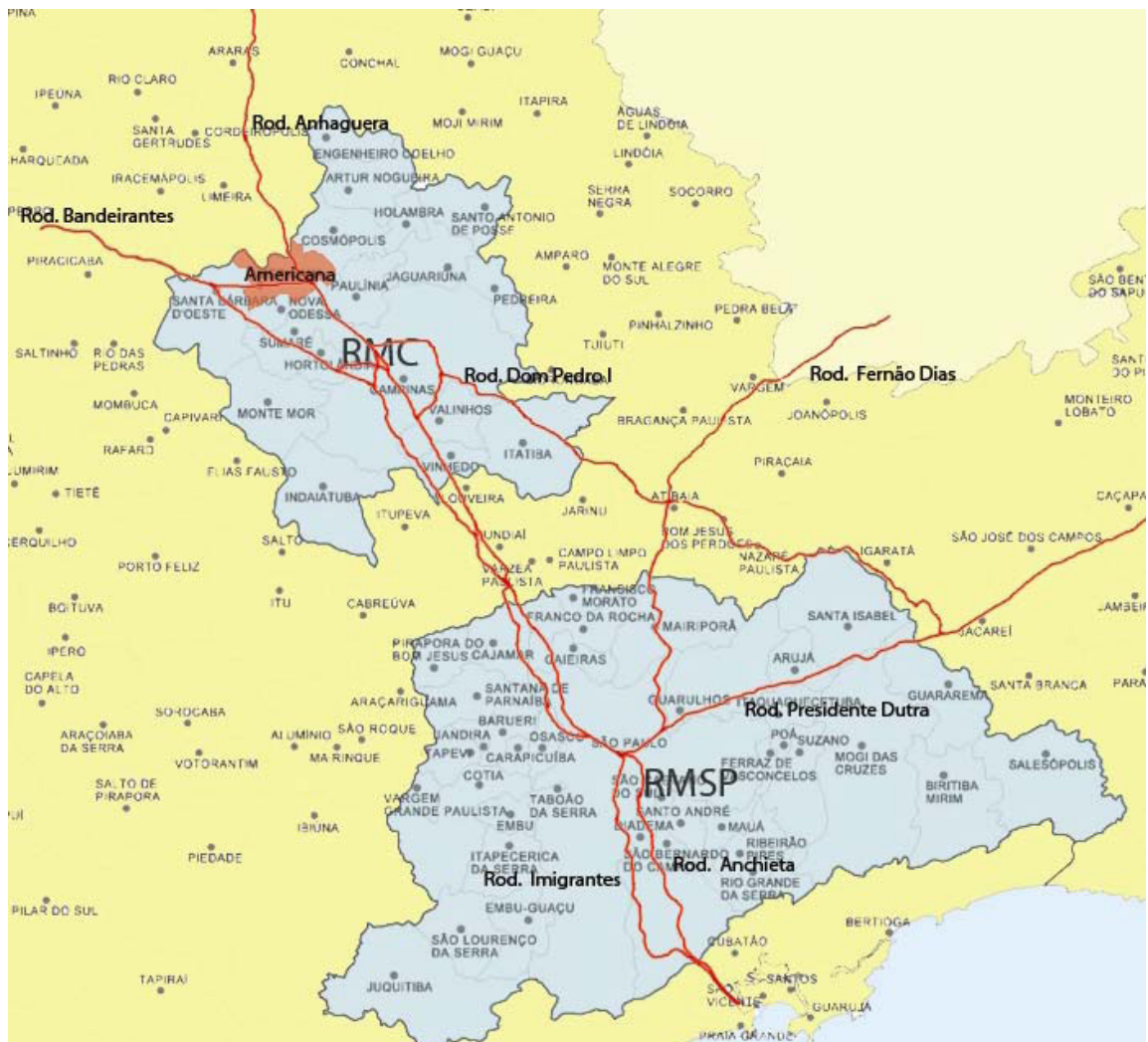
Fonte: Emplasa, 2002. Documento Trabalhado pela PMA, Unidade de Estatística e análise Sócio Econômico, 2006.

Mapa VIII: Inserção de Americana na Região Metropolitana de Campinas



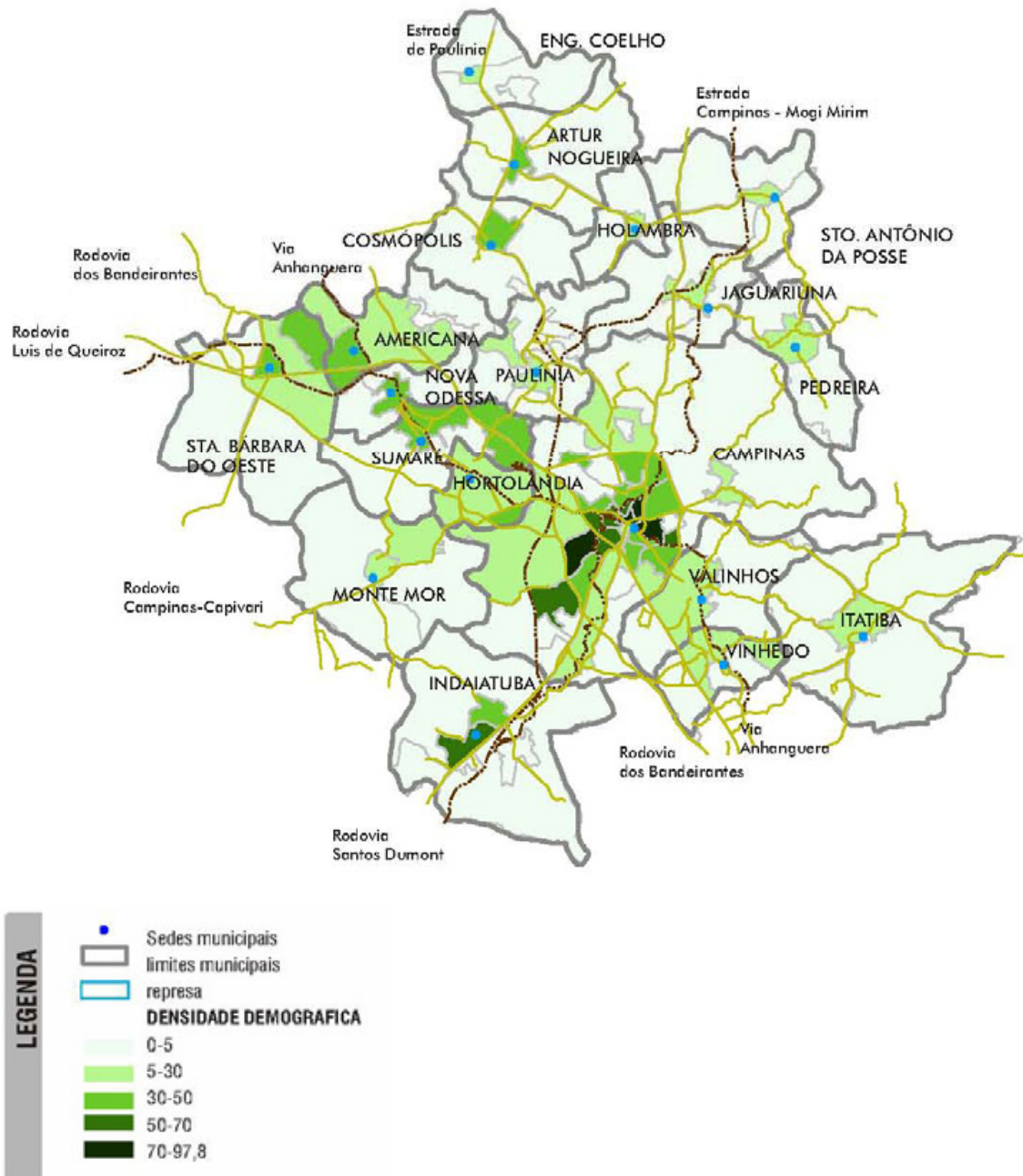
Fonte: Prefeitura Municipal de Campinas - Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento e Meio Ambiente
Elaboração: Cooperativa Integra(____)
Situação sem escala

Mapa IX: Regiões Metropolitanas de São Paulo e Campinas e principais eixos viários de conexão



Fonte: IGC. Elaboração: Relatório Cooperativa Inteira, (____) Situação sem escala

Mapa X: Densidade demográfica na Região Metropolitana de Campinas

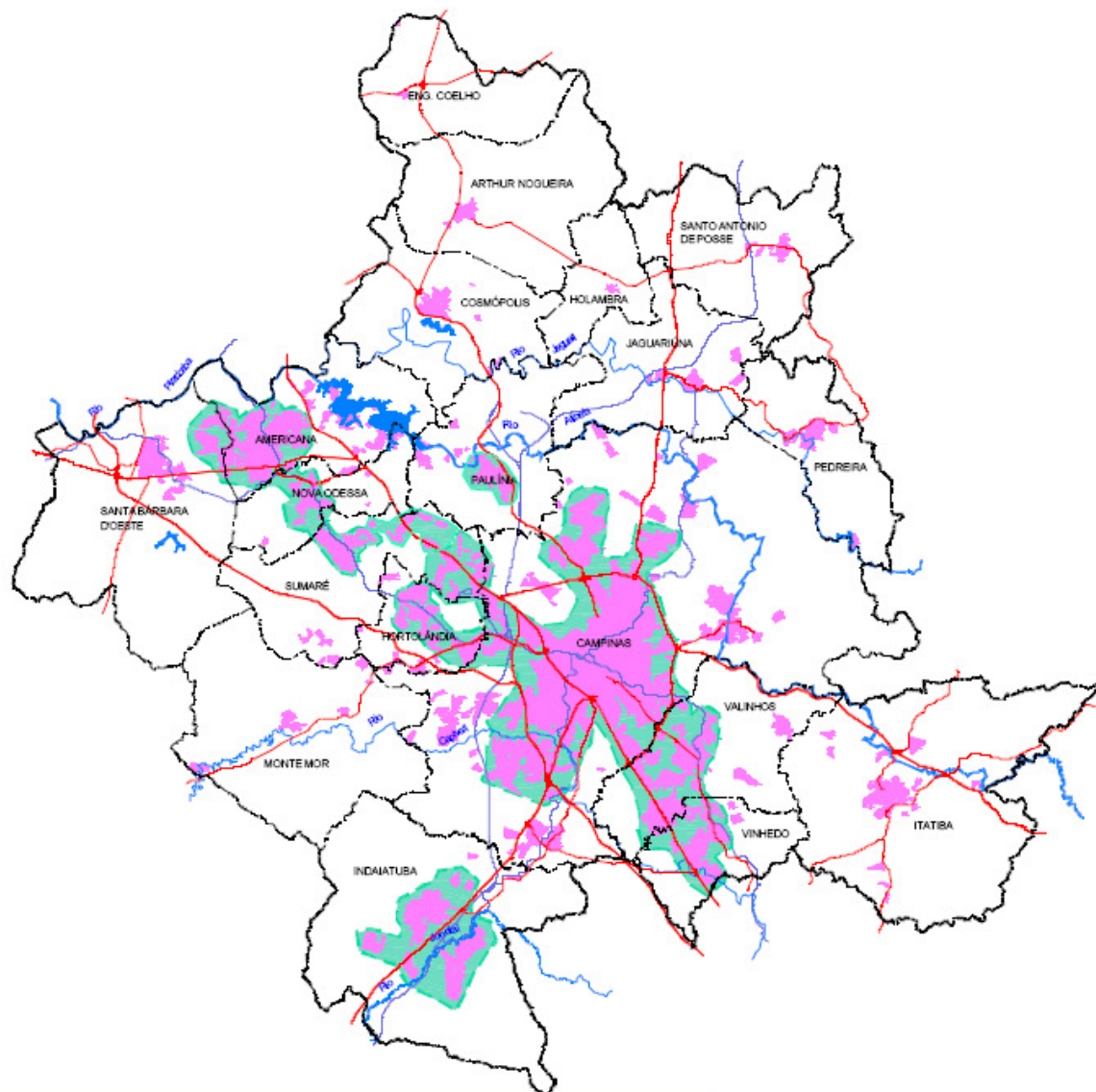


Fonte: Relatório da Secretária dos Transportes Metropolitanos, PITU 2004.
Situação sem escala

Um dos principais aspectos que caracterizam uma região “metropolitana” é, além de sua relevância econômica e do grande fluxo de transporte, pessoas e mercadorias, a tendência por conurbações.

Nos mapas que iremos mostrar abaixo, os quais são de estudos da Emplasa, é possível observar que o município se expande para além de suas fronteiras políticas e se conurba, principalmente, com o município de Santa Bárbara D’Oeste. Além de vermos a dispersão urbana mais geral, observamos, especificamente, o crescimento urbano do entorno da Represa de Salto Grande.

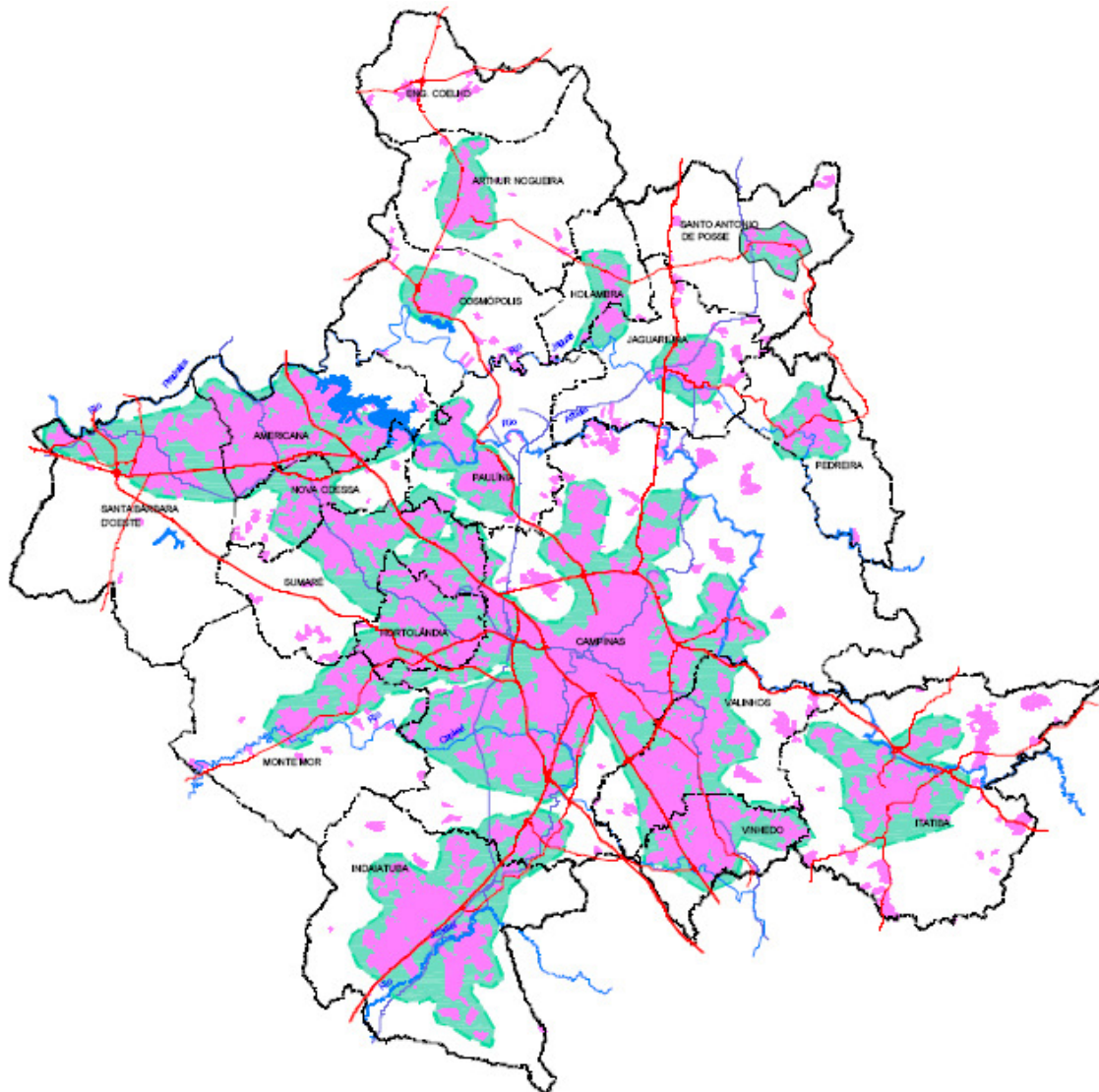
MAPA XI: Núcleos de Expansão Urbana na RMC1978



- Limite da Região Metropolitana de Campinas
- Limite de Município
- Sistema Rodoviário
- Sistema Ferroviário
- Hidrografia
- Núcleos de Expansão Urbana - Área de Estudo
- Área Ocupada

Fonte: Emplasa. Situação sem escala. Acesso em: <
<http://www.emplasa.sp.gov.br/portalemplasa/infometropolitana/campinas/rmc.asp>>. Acessado em
06/07/2007.

MAPA XII: Núcleos de Expansão Urbana na RMC 2005



- Limite da Região Metropolitana de Campinas
- Limite de Município
- Sistema Rodoviário
- Sistema Ferroviário
- Hidrografia
- Núcleos de Expansão Urbana - Área de Estudo
- Área Ocupada

Fonte: Emplasa. Situação sem escala. Acesso em: <

<http://www.emplasa.sp.gov.br/portalemplasa/infometropolitana/campinas/rmc.asp>>. Acessado em 06/07/2007.

1.3 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS E URBANIZAÇÃO

A seguir apresento a análise de dados estatísticos que caracterizam o recorte espacial da região estudada.

Estes dados foram obtidos na Prefeitura Municipal de Americana ou do Informativo Sócio-Econômico N° 22, 2006 – caderno anual com informações estatísticas municipais, durante o exercício de 2005.

1.3.1 PERFIL MUNICIPAL

Do ponto de vista social e econômico, Americana é um município bastante privilegiado. Na classificação Regional, está em 5ª colocação, na Estadual, 19ª e possui o melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – 0,84, ultrapassando o índice 0,80 que significa o nível elevado de qualidade de vida.

No Índice Paulista de Responsabilidade Social, nos anos de 2000 e 2002, Americana foi classificada como pertencente ao Grupo 1, município com nível elevado de riqueza e bons níveis nos indicadores sociais.

As taxas de crescimento demográfico comparativo, o grau de urbanização, e os índices de população com mais de 60 anos, assim como o resultado de políticas de controle de natalidade e assistência à saúde da população, apontam para uma estabilidade no crescimento populacional. Vejamos na tabela abaixo:

Taxa Geométrica de Crescimento Anual 2000/2005

Município	RMC	Estado
1,51	1,98	1,56

Grau de Urbanização (%)

Município	RMC	Estado
99,80	97,51	93,65

População com mais de 60 anos

Município	RMC	Estado
10,99	9,30	9,57

O Índice Paulista de Vulnerabilidade Social foi criado pela Fundação Seade, que tem como objetivo medir o grau de vulnerabilidade social em que as populações se encontram dentro do município. Através de “manchas” cartográficas subdivididas em seis níveis, que variam de nenhuma vulnerabilidade até o nível de vulnerabilidade muito alta, seguindo os setores censitários do IBGE, é possível destacar regiões mais carentes de assistência social, seja por problemas habitacionais, ou de saúde, escolas, creches ou violência acentuada, entre outros.

MAPA XIII: VULNERABILIDADE SOCIAL

Assim, em 2000, 84,4% do município está entre os grupos 1,2 e 3, o que indica nenhuma, baixa ou média vulnerabilidade social respectivamente, atentando para o fato de que a mancha de vulnerabilidade alta ou muito alta, se encontra justamente nos objetos estudados, levando em consideração que se trata de algo próximo à realidade, porém, trata-se de um trabalho realizado com dados baseados nos setores censitários do IBGE, traduzindo parcialmente a realidade do objeto pesquisado na sua dimensão real, na escala da vivência. Sua apresentação é um indicador da macro realidade, dando apoio e sustentação para a pesquisa detalhada de determinado espaço territorial e social. Para auxiliar o leitura do mapa, vejamos quadro abaixo:

TABELA V: GRUPOS DE VULNERABILIDADE

GRUPOS	Vulnerabilidade	N° de pessoas	Percentual
Grupo 1	Nenhuma	10.155	5,6
Grupo 2	Vulnerabilidade Muito Baixa	74.688	40,9
Grupo 3	Vulnerabilidade Baixa	69.070	37,9
Grupo 4	Vulnerabilidade Média	15.523	8,5
Grupo 5	Vulnerabilidade Alta	9.556	5,2
Grupo 6	Vulnerabilidade Muito Alta	3.470	1,9
TOTAL		182.462	100

FONTE: PMA: Informativo Sócio Econômico n°22 (2006)

Os dados educacionais também chamam a atenção uma vez que 96% da população são de alfabetizados, segundo a Fundação Seade.

1.4 Áreas objetos de estudo

A região estudada, no Município de Americana, se encontra na porção da cidade - duas áreas junto à Represa de Salto Grande que, para fins metodológicos, denominaremos de “região de Praia Azul” e “orla da Praia dos Namorados” - que foi “cortada” pela Rodovia Anhangüera, o que configurou parte do isolamento territorial, pois a área é de difícil acesso tanto por carro quanto a pé, e da dificuldade de acesso aos serviços mais centrais, devido aos altos preços do transporte público.

Os moradores, em sua maioria, enfrentam grandes dificuldades de locomoção para o trabalho, a biblioteca pública, ao hospital municipal, assim como para acesso a outros recursos oferecidos para o lazer e divertimento, sejam públicos ou privados, ainda que estes estejam presentes como diretrizes, desde 1999, no Plano Diretor do município como sendo prioritários:

“IX - organizar o sistema de transporte, hierarquizando e completando o sistema viário, de forma a tornar mínimos os tempos de deslocamento e garantir coexistência entre pessoas, veículos e mercadorias;

X - promover a expansão da rede de equipamentos de infra-estrutura pública de modo a atender a demanda, ponderando o investimento e a geração de custeios;

XI - assegurar melhores níveis de atendimento no setor de saneamento básico às áreas urbanas, urbanizáveis, de expansão urbana e zona rural;” (grifo meu) (LEI Nº 3.269, DE 15 DE JANEIRO DE 1999)

Observando a Rodovia Anhanguera e a localização das regiões estudadas respectivamente nos **MAPAS XIV - ÁREA DE PLANEJAMENTO (AP) E MAPA XV - SISTEMA VIÁRIO** - FONTE: PMA. Unidade de Geoprocessamento (2008), podemos constatar que as APs 2 e 3 se localizam no entorno da Represa de Salto Grande, representam uma grande extensão territorial e são apartada do resto da cidade pela Rodovia Anhanguera.

Rolnik (2000) aborda a questão a partir do conceito de exclusão territorial, utilizado para designar a divisão territorial da cidade a partir de elementos de exclusão social. Tal condição decorre da falta de oportunidades da parcela excluída da cidade, seja de trabalho, de acesso à saúde e educação de qualidade etc. (ROLNIK, 2000: 6).

Segundo a autora, isto decorre ainda do fato de que a cidade dificilmente cresce para dentro, uma vez que poucas pessoas têm como pagar os altos preços da terra com infra-estrutura, o que acaba por estender as regiões periféricas da cidade, muitas vezes com poucas ou nenhuma condição de infra-estrutura, quando não há a ocupação de áreas ambientalmente sensíveis, que necessitariam de um melhor planejamento para que sejam urbanizadas, áreas denominadas de “urbanismo de risco” (ROLNIK, 2000: 7).

Um aspecto anterior e fundamental para a discussão da gestão destes espaços, além dos problemas sócio-econômicos já citados, é a localização às margens da Represa de Salto Grande. Poluição das águas, falta de saneamento, de mata ciliar, erosão do solo e os sucessivos empreendimentos imobiliários para fins de segunda residência são aspectos da paisagem do entorno da represa.

A Praia dos Namorados é local com vocação para o lazer, onde é possível encontrar na orla da represa uma diversidade de grupos sociais. Este uso, ao mesmo tempo, implica numa atenção para questão de preservação da represa. Já, a Praia Azul foi predominantemente ocupada por núcleos habitacionais populares e residências de população de baixa renda da cidade.

Os bairros que compõe a Praia Azul (AP 3) são: Bairro Olho D'Água, Bairro M.F. Jorge, Bairro Berinjela, Bairro da Lagoa, Balneário Riviera, Balneário Salto Grande, Bairro São Benedito, Chácara Lucila, Fazenda Santa Lúcia, Fazenda Santo Ângelo, Iate Clube de Campinas, Jardim América II, Jardim Campo Belo, Jardim da Mata, Jardim São José, Jardim São Sebastião, Jardim do Lago, Jardim Santo Antonio, Monte Carlo, Parque D. Pedro II, Parque Residencial Tancredi, Portal dos Nobres, Recanto Azul, Remanso Azul e Residencial Bosque dos Ipês, envolvendo uma população de

aproximadamente 3.532 habitantes em 2000 (censo IBGE), e estimada em 10.385 para o ano de 2006.

Para melhor compreensão da composição dos bairros da cidade de Americana, temos o mapa XVI – com a Divisão de loteamentos:

MAPA XVI: DIVISÃO DE LOTEAMENTOS

FONTE: PMA. Unidade de Geoprocessamento (2008)

CAPÍTULO II

APREENDENDO A PAISAGEM

Um importante viés a ser analisado é a relação que se estabelece entre as condições da população da cidade como um todo e a dos bairros estudados. É fato que há uma estigmatização dos bairros do entorno da represa, em que a população de setores mais consolidados da cidade vê o local de forma pejorativa, que o relaciona à pobreza, sujeira, todo tipo de degradação, violência e criminalidade. Essa visão é ocasionada, principalmente, pelo desconhecimento das condições reais da população, devido ao isolamento, que é feito pela Rodovia Anhanguera, da cidade consolidada. A população das praias sofre com esse tipo de estigma que advém do fato de serem identificados e discriminados por seu local de moradia, sendo observada a formação de verdadeiros guetos.

Por outro lado, os dados estatísticos da área das praias são expressivos somente quando comparados com os dados de qualidade relativos ao resto da cidade, comparando, assim, os índices de degradação, violência e criminalidade aumentam, entretanto, quando analisados bairro por bairro, o índice cai em relação aos considerados melhores para se habitar.

Neste sentido, segundo Harvey, entender o contexto arquitetônico e urbanístico é o primeiro passo para entendermos a configuração geral de uma cidade e todos seus significados. Entretanto, como é possível apreendermos todo esse universo? (HARVEY, 1980)

A resposta para este questionamento perpassa todas as possibilidades e dificuldades que serão enfrentadas, mas aceita como alternativa a análise do comportamento através da observação. Observam-se as diversas reações dos indivíduos frente aos diversos conjuntos simbólicos que compõe a cidade: “é o comportamento manifesto no espaço que nos fornece as pistas necessárias para entendermos o

significado espacial.” (HARVEY, 1980:22). A grande dificuldade nesse tipo de método é dar conta da realidade do todo observando apenas algumas manifestações individuais, mas é um risco necessário, pois só através das “reações dirigidas” é que será possível descamar o “simbolismo espacial” que esses indivíduos detêm em sua cultura – “imagem comum, derivada de algumas normas grupais” (HARVEY, 1980:23, 24).

Ou seja, é preciso que sejam identificados todos os fatores que contribuem para a segregação da área para que em seguida seja possível utilizar ferramentas de qualificação dos espaços, adequadas ao caso. Ou, como nos apresentam Ribeiro & Vargas (2004), há uma relação de gestão urbano-ambiental embutida no conceito de qualidade de vida.

Importante destacar o aspecto subjetivo ou, nas palavras das autoras, os aspectos perceptivos, que determinarão as impressões pessoais dos indivíduos frente à sua realidade, interferindo em sua qualidade de vida.

Para se ter um resultado sobre essa determinante é preciso uma análise sobre “a cidade inserida num contexto cultural e subjetivo” (RIBEIRO & VARGAS,2004: 16). A começar pela avaliação da própria imagem que o indivíduo tem de seu contexto e o impulso sentimental que o leva descrever aquele lugar de determinada maneira: “(...) cada indivíduo constrói uma imagem própria das partes da cidade, que se complementam entre si, levando a formação de um quadro mental coletivo da realidade física urbana.” (RIBEIRO & VARGAS,2004:17).

Leach (1976) caracteriza o ato de descrever como uma “percepção interna do mundo que nos rodeia” e, a verbalização disso, exterioriza um cenário criado no imaginário coletivo (LEACH, 1976:49).

Outro aspecto fundamental tratado pelas autoras é que a qualidade urbana não diz respeito apenas à sua forma física ou à maneira como o lugar está gravado no imaginário coletivo, tem que se levar em consideração também a monoatividade ou a

pluriatividade que cada lugar é designado a ter. O próprio uso ou qualificação para o uso do lugar é o que caracteriza todo organismo urbano - os equipamentos disponíveis para tal - produzindo os pontos comerciais, o perfil social de freqüentadores, mobiliário urbano, entre outros.

Também a esfera cultural - simbólica, em que poderíamos envolver as estruturas do imaginário ou das relações sociais dentro de um determinado território, é tratada por Arantes (1994) a partir da seguinte indagação: onde se estrutura o espaço social das diferenças, em que os diversos “mundos” acontecem no cotidiano?

Segundo o autor, a contemporaneidade propicia uma diversidade de identidades, gerando uma arquitetura espacial de lugares e não- lugares. Isso, segundo o autor, torna a cidade um mosaico onde várias experiências coletivas convivem umas com as outras, como se fossem nos estudos etnológicos de tribos primitivas. E a noção de espaço físico acaba se revelando uma rica experiência de espaços sociais concomitantes, ora segregacionista, ora híbrida. Convivem mundos que estão no mesmo território físico, mas em diferentes territórios sociais. E o planejamento urbano acaba por influenciar as dinâmicas dos espaços de liminaridade da cultura social formada nas territorialidades (ARANTES, 1994: 201).

Segundo Leach (1976) o critério para se determinar pontos de liminaridade é o contraste entre os vários símbolos: “O contraste determina os sentidos” (LEACH, 1976:49). A esse ponto liminar dá-se o nome de fronteira. As fronteiras, segundo o autor, são criadas socialmente e historicamente e podem ser físicas ou apenas simbólicas.

Portanto, um elemento físico como a rodovia local serve como fronteira simbólica, onde se sobrepõem as fronteiras culturais no espaço social. Segundo Leach (1976), a diferenciação das categorias que definem tais fronteiras se dá no reconhecimento das diferenças, e não nos elementos de igualdade, isso quer dizer que há elementos parcialmente iguais ou parecidos de pertencimento à cidade de Americana como um todo, porém, o que é relevante nesse caso é o estudo ou o apontamento dos

elementos subjetivos, ou pelo menos os não tão evidentes, que os diferenciem e os destaquem do restante da cidade. Assim, enquanto de um lado da Rodovia encontramos uma cidade organizada e planejada, do outro encontramos sistemas de auto construção, sinais de pobreza, além do desenho urbano claramente desorganizado e do sentimento de medo, reprovação e preconceito dos moradores do município quando ultrapassam esse limite.

O grande desafio da gestão urbana atual, para a qual a dissertação pretende analisar e apontar direções, é a possibilidade de encontrar uma forma de incorporar à administração pública essas variáveis humanas e naturais tão sensíveis.

Neste sentido, a análise crítica que Ribeiro & Vargas (2004) apresentam dos instrumentos tradicionais de gestão ambiental é pertinente a este trabalho, principalmente porque analisam a gestão ambiental no contexto intra-urbano, auxiliando-nos na descrição da paisagem, ou seja, englobando os aspectos humanos, a partir das construções sociais materiais e simbólicas.

O estudo da legislação, de forma geral, também é um componente importante desta leitura, assim como o uso e ocupação do solo, o controle de poluentes, etc. A verificação das atividades que seguem o padrão determinado por essas leis assim como o limite em que os impactos ambientais devem ser analisados com mais cuidado, ou seja, nos espaços públicos (parques e praças) no sentido de aferir se um ambiente para a sustentabilidade local, com a implantação de uma infra-estrutura adequada, por exemplo, são outros fatores apontados pelos autores que nos guiaram nesta análise. (RIBEIRO & VARGAS,2004) & (KAHTOUNI, 2006).

2.1 PRAIA AZUL E PRAIA DOS NAMORADOS

A região de estudo compreende o que se poderia considerar a periferia de Americana, em termos físicos, pois em termos sociais não é a única área que apresenta características de áreas marginais no município Os maiores problemas de segurança

pública da cidade são na verdade causados por moradores de outras APs, em especial a AP4, segundo depoimento das Polícias Militar e Civil. No entanto, o estigma recai sobre os jovens da região das praias. Tomando-se apenas dois indicadores, os dados demográficos (TAB. V) e de condições de escolaridade (TAB. IX), por exemplo, é possível perceber semelhanças entre as APs 2 e 4, e em termos da condição de vulnerabilidade, tanto as áreas das APs 2 e 3 quanto a da AP4, de forma geral, são classificadas como de baixa vulnerabilidade, apenas a área restrita referente à Praia Azul e aos loteamentos do entorno imediato é considerada de alta vulnerabilidade (v. MAPA XIII).

Portanto, na região de Praia Azul se encontram as piores condições de vida e moradia da cidade, os mais baixos preços de terrenos, logo, a população mais carente e vulnerável dessa região. A orla da Praia dos Namorados é o foco de estudo sobre as condições de lazer dessas pessoas, pois se constitui no único espaço com acesso viável para o entretenimento, porém aqui a paisagem é formada por uma ocupação diversa da encontrada na Praia Azul. Estas características distintas das áreas foram o ponto de partida e ao mesmo tempo o que definiu a escolha dos objetos de estudo, ou seja, analisamos a configuração urbana adquirida pela região nos 50 últimos anos, bem como as conseqüências de intervenções futuras previstas ou necessárias nestas áreas específicas, a partir de uma análise das condições de vida das populações, por um lado, e de uso e apropriação dos espaços públicos existentes, por outro.

No capítulo anterior foi trabalhado o perfil do município de maneira mais generalizada. A intenção foi demonstrar que as políticas públicas para o desenvolvimento sócio-econômico de Americana, de modo geral, tiveram um impacto bastante significativo do ponto de vista intermunicipal e constituíram um diferencial, em relação aos demais municípios da RMC, porém não atingiram de forma equânime os territórios da cidade.

Na seqüência, serão apresentados dados mais específicos das áreas de planejamento 2 e 3.

Iniciando pelos aspectos geográficos, é possível encontrar a Represa de Salto

Grande, um símbolo da expansão da atividade que determinou a primeira vocação econômica de Americana. A represa serviu durante alguns anos à hidrelétrica que abastecia a principal fábrica de tecidos do município. Ou seja, é possível observar a importância dessas APs também a partir desse patrimônio urbano-ambiental.

Por se tratar de uma região que é cortada e, ao mesmo tempo, se estende ao longo da rodovia Anhangüera, há a definição de um território de liminaridade que se situa entre os dois lados da rodovia (ARANTES,1994), que torna visível as discrepâncias no desenho urbano, no uso e na ocupação do solo, no preço da terra, na qualidade das habitações, entre outros, além de ser o local que, no mapa da Vulnerabilidade Social, indica áreas mais extensas de vulnerabilidade.

A tabela VI a seguir mostra o crescimento populacional de toda cidade desde o ano 2000, no último censo de IBGE, com os cálculos de estimativa de crescimento nos anos seguintes. O destaque é para as APs 2 e 3 que somadas dão aproximadamente 40.000 pessoas.

TABELA VI - POPULAÇÃO POR ÁREA DE PLANEJAMENTO - AMERICANA

ÁREA DE PLANEJAMENTO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	TOTAL
POPULAÇÃO 2000	5.805	25.451	8.987	21.569	16.337	30.361	15.717	20.069	12.664	25.199	434	182.593
POPULAÇÃO 2001	5.918	25.945	9.161	21.988	16.654	30.949	16.022	20.459	12.910	25.688	442	186.137
POPULAÇÃO 2002	6.033	26.449	9.339	22.414	16.976	31.550	16.333	20.856	13.160	26.187	451	189.749
POPULAÇÃO 2003	6.150	26.962	9.520	22.849	17.306	32.162	16.650	21.261	13.416	26.695	459	193.432
POPULAÇÃO 2004	6.269	27.485	9.705	23.293	17.642	32.787	16.973	21.673	13.676	27.213	468	197.186
POPULAÇÃO 2005	6.378	27.962	9.873	23.697	17.948	33.358	17.268	22.049	13.913	27.685	476	200.607
POPULAÇÃO 2006	6.481	28.292	10.502	24.080	17.889	33.896	17.546	22.405	14.138	28.132	484	203.845

Fonte: IBGE Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística organizado pelo Informativo Sócio Econômico 2005 da Prefeitura de Americana.

OBS: Os dados relativos ao ano de 2000 são do IBGE, os dados dos anos seguintes são estimativas obtidas através dos índices de crescimento demográfico do IBGE. As taxas de crescimento são as seguintes: 2001 (1, 941%), 2002 (1, 941%), 2003 (1, 941%), 2004 (1, 941%), 2005 (1, 7355%) e 2006 (1, 614%).

2.2 Caracterização das Praias

Os dados estatísticos e sócio-econômicos da população das Praias (Azul e dos Namorados) serão apresentados a seguir e servirão para o cotejamento com dados mais amplos do restante da cidade.

Primeiro é relevante apresentar os instrumentos de participação política observados nessa população.

Em relação aos trabalhos assistenciais foi notado um número relativamente grande de igrejas evangélicas que fazem um trabalho de assistencial social voltados aos jovens, assim como demais templos religiosos que também trabalham nesse sentido. Levantou-se a existência sobre duas associações de bairro em funcionamento: ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DOS BAIRROS JD AMÉRICA II, OLHO D'ÁGUA, REMANSO AZUL E SÃO JOSÉ – AMAORJ - Rua Vincenzo Sardelli, 431 - Jd América II e ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DOS BAIRROS PQ DOM PEDRO II E JD DO LAGO - Rua Ozório Leite de Camargo, 755 - Sto Antônio.

E, por se tratar de uma região ambientalmente relativamente extensa, é importante citar o trabalho da *ONG Barco Escola* que tem por objetivo de trabalhar a reeducação ambiental aos alunos de escolas públicas e privadas, e assim, com que eles tenham consciência e conhecimento da realidade degradante do meio ambiente urbano da Represa de Salto Grande. A meta do Barco escola é transformá-los em agentes multiplicadores e defensores do meio ambiente. Os trabalhos com voluntariados ambientais, brigadas anti-incêndios, participação nas tomadas de decisões políticas sobre a represa constitui-se em um avanço, reforçado pelo fato de estarem sempre atualizados sobre os trabalhos acadêmicos realizados para o local. São ativistas ambientais que se propõem a prevenir e combater a degradação ambiental da Represa.



FOTO 11: Nesta imagem é possível ver ao fundo a presença de uma extensa área de aguapés (que surgem em decorrência do excesso de poluição das águas) além da falta da mata ciliar e processos erosivos.



FOTO 12. Esta foto revela um paradoxo bastante interessante porque ao mesmo tempo que é proibida a entrada de carros na área reservada aos banhistas, é proibida também aos banhistas que entrem na água!

O fenômeno de periferização, ao deslocar de forma diferenciada as atividades urbanas e não reproduzir a mesma qualidade dos espaços centrais produziu uma distinção entre áreas, em termos de gestão e implementação de equipamentos públicos e privados, e gerando um problema crônico de circulação para a cidade, fazendo com que as pessoas trabalhem em algumas poucas áreas da cidade em horário comercial, e no fim do dia retornem para seus bairros em lugares muito distantes, com sistemas de transportes insuficientes e ineficientes.

Na região das praias encontra-se toda sorte de empregos informais e subempregos além de atividades ilegais e uma total falta de perspectiva por parte dos

jovens que não têm acesso a bibliotecas, cinemas, teatros, escolas de qualidade, televisão via satélite, etc.



FOTO 13: Local de atividades noturnas; Nesta foto é possível verificar a presença de um bar e boate. Mas, na verdade, é ilegal porque promove a prostituição. Ao caminhar pela orla da praia é possível observar mulheres e travestis que trabalham em casas noturnas espalhadas por toda região.

Neste sentido, Rolnik (2000) aponta um fator importante em relação a estes espaços periféricos, o de que a violência está ligada diretamente à exclusão e segregação espacial e não tanto à pobreza. Esta afirmação nos auxilia a entender as observações realizadas na área de estudo, pois foi possível constatar certo padrão de consumo, como estratégia individual, que contrasta bastante com as condições de vida coletiva e pública. Isso nos permite questionar os instrumentos tradicionais de gestão das cidades, operados como “leis secas”, que segundo a autora não levam em consideração os fatores humanos que permeiam os conflitos e desigualdades. Os índices de violência e de jovens envolvidos com delitos e outros problemas sociais são maiores em locais como o nosso objeto de estudo, e isso reforça a tese de que a região das praias necessita de uma administração voltada para suas particularidades, uma vez que seus

moradores enfrentam sérios problemas de estigmas sociais - discriminados pelo simples fato de morarem naquela região – condição que gera um ambiente de constante tensão social.

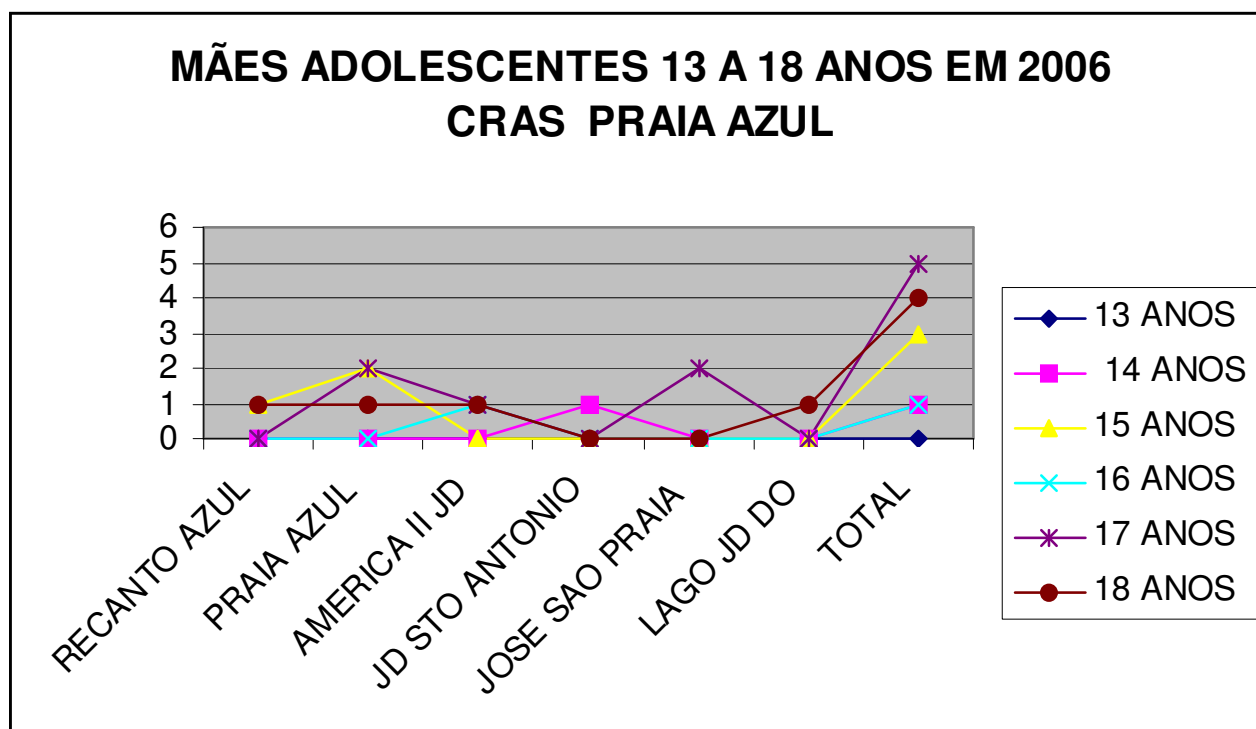
O quadro abaixo apresenta a proporção de mães adolescentes nessa região, o que é um dos indicadores do quanto esta área é carente de assistência social.

TABELA VII - MÃES ADOLESCENTES 13 A 18 ANOS EM 2006 - PRAIA AZUL

BAIRROS	13 ANOS	14 ANOS	15 ANOS	16 ANOS	17 ANOS	18 ANOS	TOTAL
RECANTO AZUL	0	0	01	0	0	01	02
PRAIA AZUL	0	0	02	0	02	01	05
AMERICA II JD	0	0	0	01	01	01	03
JD STO ANTONIO	0	01	0	0	0	0	01
JOSE SAO PRAIA	0	0	0	0	02	0	02
LAGO JD DO	0	0	0	0	0	01	01
TOTAL	0	01	03	01	05	04	14

*EM 2006 NASCERAM 149 CRIANÇAS NA AP 03

Fonte: PMA. Unidade de Estatística e Análise sócio-econômica



Fonte: PMA. Unidade de Estatística e Análise sócio-econômica

TABELA VIII - ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO POR BAIRROS DO MUNICÍPIO DE AMERICANA EM 2006

ÁREA PLANEJAMENTO 02	
BAIRROS	HABITANTES
ANTÔNIO ZANAGA	13.075
CHÁCARA LETÔNIA	119
IATE CLUBE DE AMERICANA	764
JD. BRASIL	3.764
NOSSA SRA. APARECIDA	3043
PRAIA DOS NAMORADOS	1.104
RECANTO VISTA ALEGRE	771
VALE DAS NOGUEIRAS	3.977
VILA BELA	1.791
TOTAL	28.408

ÁREA PLANEJAMENTO 03	
BAIRROS	HABITANTES
BALNEÁRIO RIVIERA	1.557
BALNEÁRIO SALTO GRANDE	493
BERINGELA/ IATE C. DE CAMPINAS	121
FAZ. SANTA LÚCIA	846
JD. AMÉRICA	974
PQ. DOM PEDRO II	2.582
RECANTO AZUL	708
REMANSO AZUL- PORTAL DOS NOBRES	1.214
RES. BOSQUE DOS IPÊS	333
SÃO BENEDITO - JD. DO LAGO	1.208
CAMPO BELO	349
TOTAL	10.385

Fonte: PMA. Unidade de Estatística e Análise sócio-econômica

TABELA IX - ANOS DE ESTUDOS POR ÁREAS DE PLANEJAMENTO

ANOS DE ESTUDOS	AP1	AP2	AP3	AP4	AP5	AP6	AP7	AP8	AP9	AP10
1 ANO DE ESTUDO	35	146	94	178	90	237	112	161	87	230
2 ANOS DE ESTUDOS	63	210	137	240	127	302	186	192	119	336
3 ANOS DE ESTUDOS	58	321	173	379	193	415	244	357	222	408
4 ANOS DE ESTUDOS	387	1317	571	1529	872	1954	976	1270	828	1641
5 ANOS DE ESTUDOS	36	227	221	275	163	594	147	163	76	367
6 ANOS DE ESTUDOS	34	158	113	197	109	377	101	137	61	256
7 ANOS DE ESTUDOS	48	194	126	236	127	444	143	157	112	327
8 ANOS DE ESTUDOS	173	733	354	867	529	1431	545	601	392	856
9 ANOS DE ESTUDOS	8	88	37	103	66	198	62	83	53	102
10 ANOS DE ESTUDOS	49	121	34	145	97	165	94	108	75	144
11 ANOS DE ESTUDOS	403	812	232	966	861	1210	820	1114	754	1076
12 ANOS DE ESTUDOS	21	36	3	48	59	43	50	93	49	51
13 ANOS DE ESTUDOS	35	45	8	55	72	33	47	108	56	45
14 ANOS DE ESTUDOS	66	83	12	98	118	52	118	179	120	87
15 ANOS DE ESTUDOS	368	246	38	295	469	140	341	649	422	263
16 ANOS DE ESTUDOS	97	71	14	90	158	28	119	242	115	58
17 ANOS DE ESTUDOS	60	20	10	27	103	18	59	154	54	54

Fonte: IBGE, Resultados do Universo do Censo Demográfico 2000, organizado por PMA. Unidade de Estatística e Análise sócio-econômica

Observa-se que o maior grupo de pessoas encontra-se na faixa de quatro anos de estudo, ou seja, com apenas o ensino básico completo, e o outro grupo, com ensino fundamental, o número decresce em ambos os casos.

No entanto, neste caso é importante levar em conta os números reais, pois, traçar um paralelo em porcentagem relativa não revelaria a verdadeira dimensão do problema educacional, uma vez que ora o estudo apresenta dados da AP inteira (sem separá-los por bairros) ora apresentam dados apenas dos bairros e principalmente, no caso da AP 2 não são todos os bairros incluídos no objeto estudado por partilharem outra realidade. Seria possível um paralelo interessante caso fosse possível o acesso a dados pares, todos em números reais ou todos em números relativos.

TABELA X - DADOS ESCOLARES AP 02

POPULAÇÃO ESTIMADA EM IDADE ESCOLAR

FAIXA ETÁRIA	POPULAÇÃO 2006
0 A 3 ANOS (CRECHE)	1.712
04 A 06 ANOS (EMEIS)	1.337
07 A 14 ANOS (1ª A 8ª SÉRIES)	3.672
15 A 18 ANOS (ENSINO MÉDIO)	2.328
TOTAL	9.048

Na linha dos quatro anos de estudo está pelo menos 1/3 da população em idade escolar

ALUNOS MATRICULADOS NA REDE PÚBLICA

ESCOLA	MATRÍCULA 2006	% POPULAÇÃO FAIXA ETÁRIA 2006
CRECHE	478	28%
EMEI	190	14%
FUNDAMENTAL INTEGRAL CIEP NORMAL EST.	747 2485	88%
MÉDIO	1201	
SUPLETIVOS	239	62%
TOTAL	5.340	-----

203 Sendo que no ensino de Educação Especial são 29 alunos.

Fonte: PMA. Unidade de Estatística e Análise sócio-econômica

Analisando outros índices dessas APs, destaca-se o baixo nível de escolaridade das áreas de planejamento (AP) 2 e 3 e o baixo número de alunos matriculados na rede pública de ensino, salientando que os níveis que correspondem ao de creche e EMEI são de responsabilidade do governo municipal e não estadual, como é o caso do ensino fundamental em diante.

A linha dos quatro anos de estudo é significativa em todo o município, no entanto a AP 3 é onde se concentram os menores índices de escolaridade, por se tratar de uma região periférica física e socialmente. Já a AP 2 demonstra um maior número de anos de estudo porque, apesar de ser uma periferia no seu contexto físico, é onde se concentram os empreendimentos de luxo no município. Adiante adentraremos mais nesse assunto.

TABELA XI – DADOS ESCOLARES DA ÁREA DE PLANEJAMENTO 03

POPULAÇÃO ESTIMADA EM IDADE ESCOLAR

FAIXA ETÁRIA	POPULAÇÃO 2006
0 A 03 ANOS (CRECHES)	817
04 A 06 ANOS (EMEIS)	625
07 A 14 ANOS (1ª A 8ª SÉRIES)	1581
15 A 18 ANOS (ENSINO MÉDIO)	715
TOTAL	3.738

Na linha dos quatro anos de estudo está pelo menos 1/3 da população em idade escolar

ALUNOS MATRICULADOS NA REDE PÚBLICA

ESCOLA	MATRÍCULA 2006	% POPULAÇÃO FAIXA ETÁRIA 2006
CRECHE	161	20%
EMEI	-----	-----
FUNDAMENTAL NORMAL EST.	905	154%
INTEGRAL EST.	215	
INTEGRAL MUN.	410	
MÉDIO	381	83%
SUPLETIVOS	209	
TOTAL	3.967	-----

*Sendo que na Educação Especial estão 28 alunos.

Fonte: PMA. Unidade de Estatística e Análise sócio-econômica.

Os dados sobre o perfil dos responsáveis por domicílios levantados pelo CENSO do IBGE 2000 também é uma característica importante que difere as APs, em contraste com o restante da cidade.

Para entendermos melhor a dinâmica urbana local é necessário organizar de maneira conceitual os problemas de planejamento. Harvey (1980) afirma que é necessário às várias áreas de conhecimento que têm como preocupação o urbano se

alinharem quanto à metodologia, pois todos têm o mesmo objeto de estudo, porém este é tratado de forma isolada, sem benefício algum para sua solução. Para tanto, o autor sugere que se torne íntima a relação entre os estudiosos da “imaginação sociológica” e aqueles que estudam a “imaginação geográfica”.

Apontando exemplos do quanto pode ser falha a escolha de apenas um aspecto, só o social ou o espacial, Harvey (1980) chama a atenção para os esquemas tradicionais de planejamento urbano baseados somente em cartografias, em simples mapas que são coloridos por regiões vocacionais sem levar em consideração as variáveis sócio-culturais, simplificando algo absolutamente complexo, ou até mesmo, como o próprio autor salienta, belíssimas construções que são completamente deslocadas da realidade humana de habitar.

Sobre a nova produção do espaço, segundo o autor, é necessário realizar tentativas de harmonizar esses modos de ver a realidade, para que, no futuro, o planejamento urbano torne-se mais próximo do ideal, e conclui:

O ponto central deveria estar claro: a única estrutura conceitual adequada para entender a cidade é a que inclui e se edifica ao mesmo tempo sobre a imaginação sociológica e geográfica. Devemos relacionar o comportamento social. De acordo com a geografia e a forma espacial que a cidade assume. Devemos reconhecer que uma vez criada uma forma espacial particular, ela tende a institucionalizar e, em alguns aspectos, a determinar o futuro desenvolvimento do processo social. (HARVEY, 1980:17).

A tentativa de buscar conciliar os conceitos de imaginação sociológica e consciência geográfica fez com que o autor buscasse em Carrier (HARVEY, 1980 aput CARRIER, 1944) três formas de conceber, primeiramente o geográfico, distinguindo espaço orgânico, espaço perceptivo e espaço simbólico. É necessário o estudo da percepção do espaço para que a forma física da geografia se alinhe com a realidade do indivíduo durante o planejamento: “um mapeamento bem sucedido é aquele que nos leva

a transferir conclusões da geometria analítica para o reino da experiência perceptiva, de tal modo que obtemos controle ou poder de previsão sobre a situação perceptiva” (HARVEY, 1980:19).

CAPÍTULO III

DELINEANDO DIFERENÇAS

3.1 Metodologia

Segundo Prêteceille (2004), para adentrar a realidade das dinâmicas sociais no urbano, tem-se que enfrentar dois problemas metodológicos principais, a fim de analisar os motivos da segregação urbana: quais os indicadores que devem ser adotados e quais os princípios para analisar a estrutura social urbana. Ele exemplifica com seu estudo de caso nos Estados Unidos e na França cujo parâmetro de segregação se resumia à segregação racial, entre brancos e negros num primeiro momento, e entre brancos e grupos de minorias raciais num segundo. Ampliando os métodos desta análise durante os anos, é possível observar uma certa tendência a criar variáveis que relacionam as questões de etnia ou sociais com a segregação dos espaços urbanos.

No Brasil, essa tradição de estudos de segregação está mais ligada às categorias de pobres e ricos, e em determinados locais da cidade, sem destaque às categorias intermediárias desses grupos.

Mas a grande dificuldade está em aproximar as categorias criadas metodologicamente à realidade da população. Importante salientar que: “a qualidade empírica das pesquisas é tanto melhor quanto maior é a proximidade entre a linguagem dos entrevistadores e dos entrevistados” (PRÉTECEILLE, 2004).

A distância que há entre a teoria e a prática, no caso de pesquisas envolvendo seres humanos, carece de maior atenção quando em contato com o campo. A sensibilidade do pesquisador e o cuidado com o trato humano refletem-se na qualidade

da pesquisa. Americana, apesar de ser uma cidade média desenvolvida, possui características de cidade do interior, onde muitas pessoas que vivem no município, de todos os grupos etários, ainda preservam os costumes mais tradicionais, fato que acaba por humanizar as relações.

Préteceille (2004) chama a atenção para o trabalho com dados estatísticos que também requerem cuidados, pois há um problema a ser enfrentado quando estes não são primários, pois podem ficar suscetíveis à manipulação ou até mesmo a tendências de cunho político-administrativo.

Em Americana, é importante observar que a política está intimamente relacionada com a tradição, com a história relativamente recente da cidade e às famílias cujo sobrenome tem peso sob o imaginário coletivo. Não foge à regra dos escândalos da política nacional de clientelismo, paternalismo e nepotismo, mas é possível perceber que todo esse movimento anti-democrático de se fazer política é, de certa forma, consentido pela população que cultiva uma relação quase afetiva com seus governantes.

Nesse sentido, para termos maior segurança quanto à obtenção dos dados próximos da realidade – e não apenas baseados nos dados municipais – contou-se com os seguintes passos.

Primeiramente, realizou-se a pesquisa exploratória ou pesquisa de base que se apoiou no levantamento bibliográfico e identificou a questão fundamental deste projeto objetivando em quais locais o material histórico sobre este tema seria levantado e analisado (GONÇALVES, 2001)

Com isso foi possível delimitar o espaço a ser estudado, partindo para as visitas ao local, conhecendo moradores e frequentadores e, através da fotografia, foi possível registrarmos as imagens com componentes que nos serviram mais tarde para as análises.

Concomitante a isso foi necessário o levantamento documental fundamentado no levantamento histórico da cidade, nos Planos Diretores, na legislação do perímetro urbano, de parcelamento, uso e ocupação do solo, de forma a evidenciar como os gestores lidaram com a região ao longo dos anos e como se deu a implementação de políticas públicas sócio-ambientais (FACHIN, 2002).

Para buscar informações diretamente sobre o objeto estudado, neste caso, foram explorados os órgãos de gestão e administração públicos do município de Americana e as fontes históricas levantadas durante a pesquisa exploratória (GONÇALVES, 2001).

O levantamento documental contou com uma pesquisa sobre as políticas públicas que foram implementadas na área ao longo dos anos, as quais resultaram na realidade social observada hoje, e que ajudará a entender o motivo da construção da represa, assim como a sua construção, estrutura fundiária e legislações responsáveis por este novo contexto histórico (PÁDUA, 2000).

E por fim, foi realizada a análise de conteúdo que é a junção das unidades de registro e unidades de contexto (MINAYO, 1994). Os procedimentos de coleta de dados serão qualitativos, segundo Minayo (1994) e a análise dos resultados será uma conclusão sobre tudo o que irá ser colhido durante os vários momentos da pesquisa bibliográfica e documental (unidades de registro e de contexto), uma vez que cada um desses diferentes momentos irá revelar uma forma do município contemplar o caráter sócio-ambiental de sua própria realidade (MINAYO, 1994).

A coleta de depoimentos corresponde a um procedimento muito usual no trabalho de campo, pois é através dela que o pesquisador busca obter informações contidas nas falas dos atores sociais. Os depoimentos não significam uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta de dados, de fatos relatados pelos atores sociais enquanto sujeito-objeto da pesquisa que vivencia uma determinada realidade. Os depoimentos são livres e conseqüentes de uma conversa informal, não estruturada, onde o depoente tem total autonomia e conduz toda a conversa, abordando

livremente o tema proposto (MINAYO, 2000).

Os depoimentos são importantes para entender os discursos e comportamentos dos atores sociais, bem como compreender sob o ponto de vista particular de cada ator social de como se deram os processos estudados.

Todo esse processo tem como pano de fundo a observação participante. A observação participante corresponde a uma outra técnica fundamental, pois é através dessa prática que o pesquisador estabelece contato direto com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seu próprio contexto, a importância dessa técnica reside no fato de que podemos captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de pergunta e, uma vez observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real (MINAYO, 2000).

Para a presente pesquisa concluiu-se que a escolha dos dados estatísticos variaria de acordo com o problema social a ser estudado, ou seja, o quanto as condições de vida daquele espaço determinou sua configuração urbana tão distinta do restante da cidade.

Para tanto, foi confeccionada uma tabela para o trabalho de campo, em que as características urbanísticas dos espaços estudados foram fundamentais para a descrição das relações locais. Com a tabela, foi possível obter a discrepância entre os dados da municipalidade, que são utilizados como parâmetro para políticas públicas e a realidade efetiva daquela população. Observe exemplo da tabela utilizada:

TABELA XII: EXEMPLO DE TABELA – TRABALHO DE CAMPO

TRABALHO DE CAMPO – QUANTITATIVO REGISTRADO 22/07/2008 – RUA MARANHÃO – PRAIA AZUL										
QUADRA	LOTE	ter	res	com	edu	ind	igreja	publ	horta	OBS
1	1									
	2									
	3									
	4									
	5									
	6									
	7									
	8									
	9									
	10									
	11									

Ainda a respeito da metodologia, recupero conceitos importantes de Marcuse (2004) que a relação entre a efetiva atuação do planejamento e o surgimento de áreas segregadas da cidade.

Segundo o autor, o termo aglomeração designa qualquer tipo de agrupamento de pessoas num determinado espaço, enquanto segregação é a separação involuntária de uma aglomeração de pessoas em um espaço definido, onde há a formação de um gueto. Quando uma aglomeração que foi segregada se reuni a fim de se proteger e criar um grupo de interesses afins há o aparecimento de um elemento ruim para o desenvolvimento urbano, um enclave, onde “ congregam-se de forma a proteger e intensificar o seu desenvolvimento econômico, social, político e/ou cultural.” (MARCUSE, 2004:25)

Já o conceito de *quartering* está presente não só na área deste estudo de caso específico, mas é uma questão observada em muitos outros casos, fenômeno caracterizado pela demarcação pelo mercado imobiliário de valores dos territórios

baseado na renda das pessoas de determinada região.

Portanto, nessa tentativa de criar tipos ideais que definam e tornem prática a análise de estruturas populacionais urbanas, tomamos a liberdade de adotar o conceito desse mesmo autor sobre cidadela, quando nos referimos à porção da cidade que exclui a população marginal à rodovia, uma vez que:

(...) uma cidadela é uma área de concentração espacial na qual os membros de um determinado grupo populacional, definido por sua posição de superioridade em termos de poder, riqueza ou status em relação a seus vizinhos, aglomeram-se de modo a proteger, ostentar e intensificar essa posição. (MARCUSE, 2004:205).

Do ponto de vista político, dentre os fatores que podem desencadear esses guetos ou enclaves, como os que já foram citados anteriormente no texto, é preciso destacar que estes ou qualquer outro tipo de segregação involuntária espacial, tornam o espaço menos democrático, ao retirar a possibilidade de enfrentamento dos conflitos, só possível quando o espaço é compartilhado.

Marcuse (2004) discorre sobre os vários tipos de aglomerações segregadas, dizendo que podem existir sob uma variedade de padrões e modelos. Porém, mesmo afirmando que todas se tratam de segregações sociais, ele aponta a preponderância daquelas que têm como causa principal a segregação sócio-econômica.

Para fins de análise, há três categorias fundamentais para o estudo dos espaços segregados socialmente: cultural, funcional e hierarquia de poder.

Sob o aspecto cultural destacamos as relações sociológicas definidas por Harvey (1980) anteriormente, acrescentando a definição de Marcuse (2004), na qual é possível observarmos que dentre as relações familiares - a particularidade de gostos musicais, de padrões arquitetônicos e outras nuances culturais - o que mais se enquadra no grupo social estudado é o estilo de vida e de segregação cultural que o mercado imobiliário produziu naquela área, revelados na cultura típica de lares auto-construídos, que

acabam por segmentar os espaços da cidade em distritos distintos.

Em relação ao papel funcional, Marcuse (2004) discorre que a divisão por papel funcional é um conceito que também pode ser aplicado para o entendimento da área estudada. Segundo o autor, o exemplo é o zoneamento. É interessante observarmos o quanto a oferta de terra para populações de baixa renda em Americana está diretamente relacionada a espaços vagos e precários, de pouca serventia para o mercado imobiliário de alta renda, enquanto que no Plano Diretor, há uma diretriz genérica neste sentido, em seu artigo III, no sentido de promover a “reurbanização de áreas precárias, incentivando a ampliação da oferta de moradia à população de baixa renda, residentes no Município” (PROJETO DE LEI N.º 061 / 2006:1).

O conceito das diferenças espaciais baseadas no status hierárquico, também pode ser emprestado de Marcuse (2004) para ajudar na análise do território estudado. Esse conceito engloba a difícil relação de poder e dominação entre as diferentes camadas sociais que naturalmente se reflete na configuração do espaço urbano. Esse poder não está diretamente relacionado ao poder de compra ou renda, embora seja acompanhado por ele muitas vezes, mas sim, neste caso, no direito de possuir acesso a equipamentos públicos municipais de qualidade, configurando o privilégio de alguns bairros, ou na porção da cidadela, que então se sobrepõe hierarquicamente à porção segregada que se encontra carente de investimentos públicos.

Quanto à metodologia utilizada para o recorte espacial, Prêteceille (2004) sugere que se estude ou o conjunto completo da cidade ou espaços significativos que representem uma dada sociedade. Segundo as perspectivas do pesquisador: “é preciso escolher – quando se tem a oportunidade – aquele (*espaço geográfico*) cuja escala corresponde à prática social da qual se quer privilegiar a análise.” (PRÉTECEILLE, 2004).

Com o intuito de tornar a questão metodológica mais próxima do retrato da realidade, foram escolhidos dois locais para a investigação, uma vez que, em extensão

territorial, as duas áreas de planejamento somam aproximadamente 26, 53 Km².

Para análise das duas áreas adotadas, Praia Azul e Praia dos Namorados, utilizamos a delimitação sócio-espacial adotada pela própria administração municipal.

3.2 Usos e Apropriações – PRAIA DOS NAMORADOS

A análise dos equipamentos públicos, nesse estudo de caso, é fundamental para detectarmos o grau de intervenção pública e de apropriação coletiva no local. Em uma visita prévia a campo foi observada a ocorrência de atividades informais. A partir de um breve percurso realizado na área de lazer local, ponto de encontro de jovens, foi possível registrar características tais como música em volume bastante alto, estilos musicais ligados a movimentos urbanos como o *hip hop*, *sertanejo*, *funk*, carros com visitantes de cidades vizinhas (Limeira, Cosmópolis, Santa Bárbara D'Oeste) e Americana.



Foto 14. Passeio e quadras na Praia dos Namorados. Fonte: Tatiane Aguiar, 2007

Foto 15. Perfil das ruas com comércio nas próprias casas. (Praia dos Namorados). Fonte: Tatiane Aguiar, 2007



FOTO 16 e 17: Localização da ONG Barco Escola, que tem como objetivo principal discutir com as escolas a situação de degradação ambiental da represa. Ela foi fundada por um ambientalista importante para a cidade, o Geraldo (ou Geraldinho como costuma ser chamado). Ele hoje está na frente de uma outra organização, o GRUDE (Grupo de defesa ecológica). Fonte: Tatiane de Aguiar Feliciano (2007)





Fotos 21 e 22: Nestas fotos é possível observar o cercamento do Camping municipal e como em pleno domingo à tarde, horário de maior movimentação na área, não há presença de usuários. Fonte: Tatiane de Aguiar Feliciano (2007)





Fotos 23 e 24: Início da movimentação habitual, os jovens de vários outros municípios vizinhos utilizam a área como ponto de encontro. Os quiosques oferecem comida, bebidas e som (predominantemente samba, pagode, forró, sertanejo e funk) ao ar livre. Fonte: Tatiane de Aguiar Feliciano (2007)



Fotos 25 e 26: Perfil das ruas e das construções das casas de um bairro da região (Praia dos Namorados). Fonte: Tatiane de Aguiar Feliciano (2007)



Fotos 27 e 28: Bairros novos, muitas casas com acabamento incompleto e ruas asfaltadas há pouco tempo. Fonte: Tatiane de Aguiar Feliciano (2007)



Foto 29: Exemplo de um dos condomínios de luxo predominantes na paisagem local. Fonte: Tatiane de Aguiar (2008)

3.3 Usos e Apropriações – PRAIA AZUL

A região que compreende a Praia Azul tem uso predominantemente residencial, com comércios que atendem às necessidades básicas de seus moradores já, uma vez que estes estão situados em uma região distante, isolada das áreas mais consolidadas do município. Neste sentido, o uso comercial adaptado em áreas das próprias residências é uma forma de atenuar esse problema de acesso aos serviços urbanos

centrais.

Além disso, observamos um descuido com os equipamentos públicos dessa região. Praças, calçadas, arruamento e a Orla da Praia parecem estar praticamente abandonados.



FOTOS 30, 31: Estado de uma das praças do bairro, que inclusive está inscrita na Prefeitura como área de proteção ambiental. Fonte: Tatiane de Aguiar Feliciano (2008)



FOTOS 32 e 33: Orla da Praia Azul. Nota-se a ausência de equipamentos públicos como bancos, mesas, quiosques, lixeiras, entre outros.

MAPA XVII: SISTEMAS DE ÁREAS VERDES. Fonte: PMA. Unidade de Geoprocessamento (2008)

Não seria correto definir tais espaços públicos como sem uso ou vagos, porque esses espaços de uso público têm função, embora não tenham sido apropriados pela comunidade de forma a possibilitar a convivência cotidiana, como é possível observar nas imagens.

Ao contrário, o que se observa é que o espaço é utilizado de forma privativa por determinados grupos que praticam delitos como uso de drogas, atividades de prostituição e outras irregularidades e ilegalidades. É um território “livre”, sem qualquer controle ou vigilância.



FOTOS 34 e 35: O descuido com a rua e as calçadas. Observe na foto 34 a presença de areia espalhada por toda parte (e isso se reproduz no bairro inteiro) e que no final da rua nem há mais a calçada; na foto 35 observamos um encanamento cuja saída de água é feita diretamente na calçada. Fonte: Tatiane de Aguiar Feliciano (2008)



FOTOS 36 e 37: Observa-se as calçadas danificadas, acúmulo de terra sobre o asfalto e o aspecto de abandono. Fonte: Tatiane de Aguiar Feliciano (2008)

Não seria correto definir tais espaços públicos como sem uso ou vagos, porque esses espaços de uso público têm função, embora não com a apropriação pela comunidade, possibilitando a convivência, como é possível observar nas imagens.

Ao contrário, o que se observa é que o espaço é utilizado de forma privativa por determinados grupos que praticam delitos como uso de drogas, atividades de prostituição e outras irregularidades e ilegalidades. É um território “livre”, sem qualquer controle ou vigilância. Em decorrência, é possível observar a presença de muros altos nas casas e que poucas têm suas fachadas voltadas para a Praia.

CAPÍTULO IV PROGRAMAS E PROJETOS

4.1 A QUESTÃO HABITACIONAL

No PDDI 2006, há algumas ressalvas no que tange à questão da habitação popular ao longo prazo, pois, apesar de apontar a necessidade da elaboração de um novo plano de habitação para o município, o texto apresenta determinações bastante genéricas, que se referem ao município como um todo, não há uma indicação de prioridade nem de estratégias de consolidação da urbanização com vistas a direcionar o crescimento urbano:

“II - recuperar áreas ocupadas irregularmente por sub-habitações, integrando-as ao sistema urbano adequado;

III - ampliar parcerias com o Estado e União para construção de moradias populares e erradicação de sub-habitações;

IV - fortalecer os mecanismos e instâncias de participação com representantes do poder público local, dos usuários e do setor produtivo na formulação e deliberação da política de habitação;

V - elaboração do Plano Municipal de Habitação.”
(PROJETO DE LEI N.º 061 / 2006).

Alguns dados estatísticos sobre a questão da habitação, mostram que essa já foi uma preocupação do município. Primeiramente apresentamos um quadro sobre o número de barracos no município desde 2001, cadastrados em áreas públicas. Esses barracos se estendem por toda cidade, mas abaixo destacamos os que estão localizados na Praia Azul e no Bairro Vale das Nogueiras que pertence à mesma AP.

Tabela XIII: Barracos Cadastrados em Áreas Públicas

Localização	2001 n° unid.	2002 n° unid	2003 n° unid	2004 n° unid	2005 n° unid
Jardim dos Lírios	136	126	124	122	108
Praia Azul	49	49	49	45	42
Parque da Liberdade – Zinção	22	33	34	36	33
Nova Americana	12	13	14	13	13
Vale das Nogueiras	11	08	09	08	08
Avenida Bandeirantes	08	-	-	-	-
Catarina Zanaga	07	14	15	11	08
Ponte Guanabara	03	02	03	02	01
Abdo Najjar	03	02	02	02	02
Vila Jones	01	02	02	01	01
Jardim Santa Elisa	01	-	-	-	-
Jaguari	01	-	01	01	01
Vila Bertini II	-	-	03	03	03
Vila Israel	-	-	-	02	01
TOTAL	254	249	256	246	221

FONTE: PMA: Informativo Sócio Econômico n°22 (2006)

Em contrapartida, os dados sobre habitação popular também compõem esse quadro, seguindo uma tendência nacional dos planos de habitação popular do Governo Federal nos anos 1970:

Tabela XIV: Habitação Popular – Município de Americana

Tipos	DÉC 1970	DÉC 1980	DÉC 1990	2000*/ 2004*	2005*	TOTAL
Conj. Habitacional						
Casas	709	1.806	1.878	287	-	4.680
Apto			450	160	-	610
Lotes Urbanizados						
Prefeitura	-	683	984	-	-	1.667
Particulares	-	-	1.823	-	-	1.823
Asta	-	-	-	151	-	151
Cooperteto	-	-	-	613	-	613
Mutirão						
Prefeitura	-	-	924	-	-	924
Prefeitura/ CEF	-	-	292	154	-	446
PMA/CEF/Cooperteto	-	-	-	232	-	232
Outros						
Abrigo Provisório	-	-	21	-	33	54
Módulo	-	-	132	-	-	132
Lote Comercial	-	24	-	-	-	24

FONTE: PMA: Informativo Sócio Econômico n°22 (2006)

*Importante acrescentar que a partir do ano 2000 os empreendimentos habitacionais populares se expandem para além das AP 2 e 3. Cabe ressaltar que novos conjuntos habitacionais – como o Conjunto Mário Covas – estão sendo implementados na AP 6, onde encontra-se uma forte conurbação com o município de Santa Bárbara D´Oeste e o limite físico com Limeira.

As construções do Mário Covas iniciaram-se em 2000 e este só foi entregue a população em 2004. Também possui características de periferia, mas é completamente diferente das Praias, pois é uma região que está "dentro" da cidade, de forma mais que consolidada, ligada aos núcleos urbanos mais antigos, centralizados e valorizados da cidade, ao lado de bairros até mesmo de alto valor.

Portanto, é um conjunto habitacional popular, mas que se encontra em uma outra situação comparada à das praias. Os moradores estão perto de tudo na cidade, de eventos comemorações e áreas de lazer centrais, além do acesso fácil as escolas e aos hospitais, sejam públicos ou privados.

Reforçando, os bairros que compõe essa AP (6) são muito bem estruturados e integrados pelo espaço conurbado com Santa Bárbara d´oeste, onde as ruas se intercalam e é nítido o potencial de desenvolvimento diferenciado como um todo para essa população em relação à população que se localiza na área de estudo.

Historicamente, os primeiros assentamentos surgidos foram favelas, ultrapassando 800 barracos em 1977.

Em 1983 foram tomadas providências pela administração municipal, quando esta se comprometeu a fazer um estudo do perfil da população e a pensar formas de melhorar as condições de vida nos barracos. E assim, em 1985, foi lançado o Plano de Habitação para o Município de Americana.

O objetivo desse Plano estava em dar condições mínimas necessárias para a

transferência dos moradores de favela para o Programa de Lotes Urbanizados, o PROFILURB, além de incentivar o morador a voltar para o local de origem. O resultado disso, em números foi, segundo trecho do próprio relatório:

Como resultado deste trabalho, chegamos em abril de 1985, com 554 barracos sob total controle da Prefeitura, além de 488 lotes do PROFILURB devidamente ocupados, sendo que 413 deles edificadas em alvenaria, através de mutirão ou auto construção. (PLANO DE HABITAÇÃO, 1985: 1)

Os quadros a seguir mostram em números e localidades onde se concentravam os pontos mais críticos.

TABELA XV – NÚMERO DE BARRACOS EM ÁREAS PÚBLICAS E PARTICULARES - 1983

Áreas Públicas	Nº de barracos
Avenida Bandeirantes	150
Jardim América	75
Jardim da Colina	01
Jardim Guanabara	17
Cidade Jardim – rua dos lilases	22
Cidade Jardim – rua dos jacintos	01
Vila Mathiensen – rua das graúnas	17
Vila Mathiensen – rua dos curios	11
Vila Mathiensen – rua dos gerâneos	33
Vila Mathiensen – rua dos bem-te-vis	16
Jardim São Roque	61
Jardim Paulistano	03
Jardim São Luiz	12
Vila Bertine – rua santa amélia	10
Praia Azul	36

Áreas Particulares	Nº de barracos
Cidade Jardim – área do Duarte	72
Recanto – área do Duarte	30
Av. América – área do Duarte	34
Vila Gallo – variante	05
Cartonagem Modelo	03
Jardim São Pedro – Rua das Cravineas	25
Jardim Alvorada	02

**TABELA XVI – NÚMERO DE BARRACOS EM ÁREAS PÚBLICAS E PARTICULARES
- 1985**

Características das favelas de Americana

barracos em áreas públicas	344
barracos em áreas particulares	243
total	587

Relação de barracos existentes

Áreas Públicas	Nº barracos
Avenida Bandeirantes: lado esquerdo	25
Nova Americana	39
Chácara Sta. Eliza	28
Jardim América	49
Jardim da Colina	01
Jardim Guanabara	17
Cidade Jardim: rua dos lilazes	17
rua acintos	01
Vila Mathiensen: rua das graúnas	15
rua dos curiós	08
rua dos bem te vis	17
rua dos gerânios	27
Jardim São Roque	61
Vila Bertini	04
Jardim São Luiz	11
Praia Azul	24

TOTAL.....344

Áreas Particulares	Nº barracos
Cidade Jardim – área Duarte	117
Recanto – área Duarte	45
Av. América – área Duarte	48
Vila Gallo – variante	06
Jardim São Pedro	23
Jardim Paulistano	04

TOTAL.....243

Os números destacados se referem a locais que já eram centrais, logo após a realocação da população, com os terrenos de alto custo, bairros bem localizados, casas e comércios de médio a alto padrão.

No novo PDDI do município há a seguinte definição para loteamentos populares:

“§ 1º O Loteamento Popular somente será admitido quando vinculado a programas habitacionais de iniciativa da Prefeitura Municipal ou de entidades autorizadas por lei que atuem nesta área, mediante prévia consulta com manifestação favorável da Secretaria de Planejamento e Controladoria.

§ 2º O Loteamento Popular atenderá, prioritariamente, aquelas famílias com renda familiar de até 3 (três) Salários Mínimos.

Art. 79. Os demais parâmetros e modalidades de parcelamento do solo serão normatizados no Código de Parcelamento, Edificações, Posturas e Obras do Município.”

(PROJETO DE LEI N.º 061 / 2006: 28)

Dentro das expectativas do PDDI, um novo projeto direcionado para habitação popular também está no programa de políticas públicas para a região. Já estão sendo construídas 52 casas ecológicas em sistema de mutirão e de baixo custo situados na Praia Azul, mais especificamente no Bairro da Mata.

Seguindo os padrões universais de sustentabilidade, será utilizado material reciclado na construção, mão de obra local, energia solar e reservatório de água de chuva para reutilização dessa água. Com essa iniciativa, Americana, junto com Campinas, ganhou um prêmio de “Selo ao Mérito 2006” da Associação Brasileira de COHABs e Órgãos Associados.

Moretti (2005) afirma a necessidade de iniciativas como esta, e que sustentabilidade se alcança indo muito além do atendimento à “agenda verde”, reconhecendo e enfrentando também os graves problemas sociais, que uma vez não resolvidos acabam por piorar o quadro insustentável em que vivemos. O autor apóia seu argumento no cálculo médio de quanto um ser humano consome de recursos naturais

não renováveis na natureza e que isso justificaria a importância de se pensar a sustentabilidade na construção civil.

O conceito de sustentabilidade aplicado à construção civil pode começar pela organização dos aspectos ligados aos trabalhadores envolvidos no empreendimento, que incluem desde o atendimento às normas de segurança no trabalho até mesmo a qualidade da alimentação que estes receberão.

Em relação à população moradora, segundo o autor, é necessário que esta esteja situada em porções centrais da cidade, a fim de obter todos os recursos de infraestrutura em geral voltados às demais camadas sociais, evitando a formação de guetos. Além disso, é preciso pensar na diversidade que se poderá agregar em uma organização em forma de condomínio, evitando deslocamentos da população local, garantido a operacionalização e atendendo necessidades básicas.

É evidente que esses princípios colocados pelo autor, como ele mesmo afirma, estão na contramão do que é praticado pelos organismos gestores das cidades, já que ainda hoje é comum a prática de localização periférica das moradias populares.

Segundo os moradores da região estudada, este padrão mínimo não é atendido e a própria população tem proposto atividades típicas de espaços centrais para atender as suas necessidades básicas.

Outra preocupação levantada pelo autor é em relação ao lixo gerado pelo entulho das construções: “Em Campinas (SP), por exemplo, a produção diária de entulhos é maior que toda a quantidade de resíduos sólidos domiciliares gerada no município.”(MORETTI, 2005: 2). Pequenos grupos na cidade já estão empreendendo a coleta seletiva do lixo domiciliar que é feita por duas cooperativas da cidade, porém sua abrangência deverá ser ainda maior.

Moretti (2005), por fim, trabalha esta questão com uma série de exemplos que

podem ser seguidos. Soluções práticas e de baixo custo que evitariam tanto o desperdício de materiais quanto a introdução de inovações que agregariam qualidade ambiental, abrindo para novas possibilidades de reformas em obras sem ter que quebrar ou demolir muito, até mesmo no caso de drenagens e outros elementos de infraestrutura, que trariam ganhos aos aquíferos e evitariam enchentes nas cidades.

A sustentabilidade está baseada na garantia de direitos a todos e, portanto, todo projeto de edificação deveria trazer consigo condições estruturais para a acessibilidade universal, entre outros. Há um problema a ser enfrentado em relação ao custo, por exemplo, da instalação de um elevador, para o qual Moretti (2005) apresenta alternativas que diminuiriam tanto os custos quanto os problemas de acesso.

O uso racional da água e da energia elétrica nos empreendimentos populares também é uma questão importante. O autor salienta que o consumo de água e energia da população de baixa renda é significativamente menor que a média da população, mas que mesmo assim, já que existem soluções para racionalizar o uso desse bem natural e para diminuir a despesa de água e luz. E, ao estudar a questão para essa camada da população, nada mais justo que aplicá-las para todos.

Finalmente, estes parâmetros foram apresentados apenas para apontar, em simetria, a não preocupação da municipalidade com as questões estruturais que afetam as áreas em estudo, quando os projetos se ocupam apenas de uma requalificação estética e funcional, como será demonstrado a seguir.

4.2 REQUALIFICAÇÃO DAS ORLAS DA PRAIA AZUL E PRAIA DOS NAMORADOS

As áreas estudadas já foram objetos de programas e projetos de requalificação, inclusive uma pesquisa encomendada pela própria Prefeitura, com a finalidade de conhecer mais os freqüentadores do local.

Em 2001, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico – Unidade de Turismo e

Serviços – elaborou uma pesquisa com levantamentos documentais e de campo para fundamentar iniciativas de requalificação da região das Praias. O foco principal da pesquisa foi o potencial de turismo que o local poderia incorporar.

Para tanto, estava prevista uma parceria entre a comunidade, o poder público e entidades privadas para o planejamento do programa, que entre outros itens, propunha a construção de quiosques, quadras, um palco, sinalização e segurança do local, tanto para os freqüentadores quanto para os moradores, além de contar com um projeto de despoluição das águas da represa.

É relevante, para um primeiro entendimento da questão, a ressalva feita no texto de apresentação da pesquisa, de que deveria haver projetos específicos para cada praia, pois são lugares distintos, com perfis e necessidades diferentes, apesar de fazerem parte do entorno da mesma represa.

A região das praias conta com associações de moradores conforme já citado anteriormente, que interpelam a municipalidade sobre grande parte de suas dificuldades, cujo sentimento de pertença e identidade trouxe união aos moradores, fato que se deve, talvez, às lutas por habitação social travadas ao longo de vários anos.

Uma pesquisa de campo realizada pela Unidade de Turismo, num domingo, dia 10 de outubro de 1999, contou com a aplicação de questionários para 101 pessoas entrevistadas na Orla da Praia dos Namorados, no período da tarde. As respostas foram tabuladas, apresentadas em gráficos e utilizadas como dados primários sobre o perfil da população que freqüenta o local.

A seguir resumirei os dados coletados em tabelas:

Idade (%)	
10 a 20 anos	22
21 a 30 anos	45
31 a 41 anos	20
41 a 50 anos	9
51 a 60 anos	4
Sexo (%)	
Masculino	71
Feminino	29

Cidade (%)	
Santa Bárbara D'Oeste	17
Sumaré	10
Nova Odessa	7
Campinas	3
São Paulo	2
Americana	61
Outra	39

Bairros (%)

Antônio Zanaga	13
São Vito	6
Pq das Nações	5
São Manoel	5
Vila Bertini	5
Vila Dainese	4
Pq Gramado	3
Jd Brasil	2

Estado Civil (%)	
Solteiro	60
Casado e outros	40

Escolaridade (%)

1° grau completo	19
1° grau incompleto	28
2° grau completo	37
2° grau incompleto	9
Superior completo	5
Superior incompleto	2

Renda Mensal (%)

Menos que 3 sm	22
De 3 a 6 sm	41
De 6 a 9 sm	15
De 9 a 12 sm	15
De 12 a 15 sm	7
De 15 a 20 sm	0
De 20 a 25 sm	0

Ocupação Principal**(categorias com maior expressividade numérica)**

		Como ficou sabendo (%)	
Desempregado	13	Amigos	64
Estudante	8	Rádio	5
Vendedor	7	TV	0
Comerciante	6	Jornal	0
Do lar	5	Outro	31
Operador de máquinas	4		
Tecelão	4		

Quantas vezes você visita (%)

		Atrativo (%)	
Primeira vez	5	Praia	1
Anualmente	3	Verão	8
Mensalmente	14	Paquera	26
Semanalmente	49	Shows	24
Todos os dias	2	Lazer	32
Raramente	27	Outros	9

Melhorias (%)

Banheiros	10
Limpeza	50
Ativ. Esportivas	9
Segurança	10
Eventos /Shows	14
Outros	7

Quanto pagaria para usar Banheiro em melhores condições (%)

R\$ 0,10	35
R\$ 0,20	18
R\$ 0,30	47

Feira de Artesanato (%)

Sim	75
Não	25

Outro atrativo (%)

Museu Salto Grande	13
Bairro Carioba	15
Museu Arte Contemporânea	8
Igreja Matriz Sto Ant	18
Parque Ecológico	21
Praia Azul	15
Gruta Dainese	9
Outros	1

Aspecto geral (%)

Péssimo	6
Regular	23
Médio	30
Bom	31
Ótimo	10

4.3 ANÁLISE DE PROPOSTAS PARA A REGIÃO DAS PRAIAS

As intervenções realizadas e propostas para ambas as regiões demonstram o desinteresse e baixo grau de prioridade com que foram sempre tratadas.

Em 1998, a Unidade de Desenvolvimento Físico e Urbanístico (UDFU) de Americana, elaborou um projeto que reurbanizaria a Orla da Praia Azul. No projeto eram propostas diretrizes para a arborização, redesenho do passeio público e da praça existente, que sempre foi o espaço fundamental, pois a partir dela seria possível a interação entre a população residente e os usuários visitantes. Complementavam o programa a implantação de um palco com concha acústica para apresentações, e de equipamentos como bancos, estacionamentos e descansos de bicicletas. O projeto, entretanto, não foi executado e foi sucedido por outro, proposto em 2001 que foi executado e que abrangeu apenas a requalificação da praça e não estendeu a intervenção para o entorno, fato que prejudicou sua atratividade aos visitantes.

4.3.1 Plano de Revitalização Praia Azul

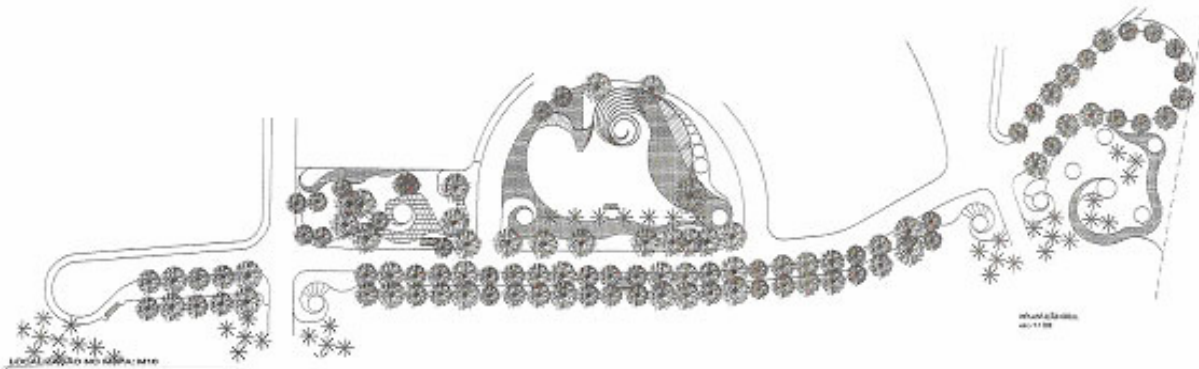
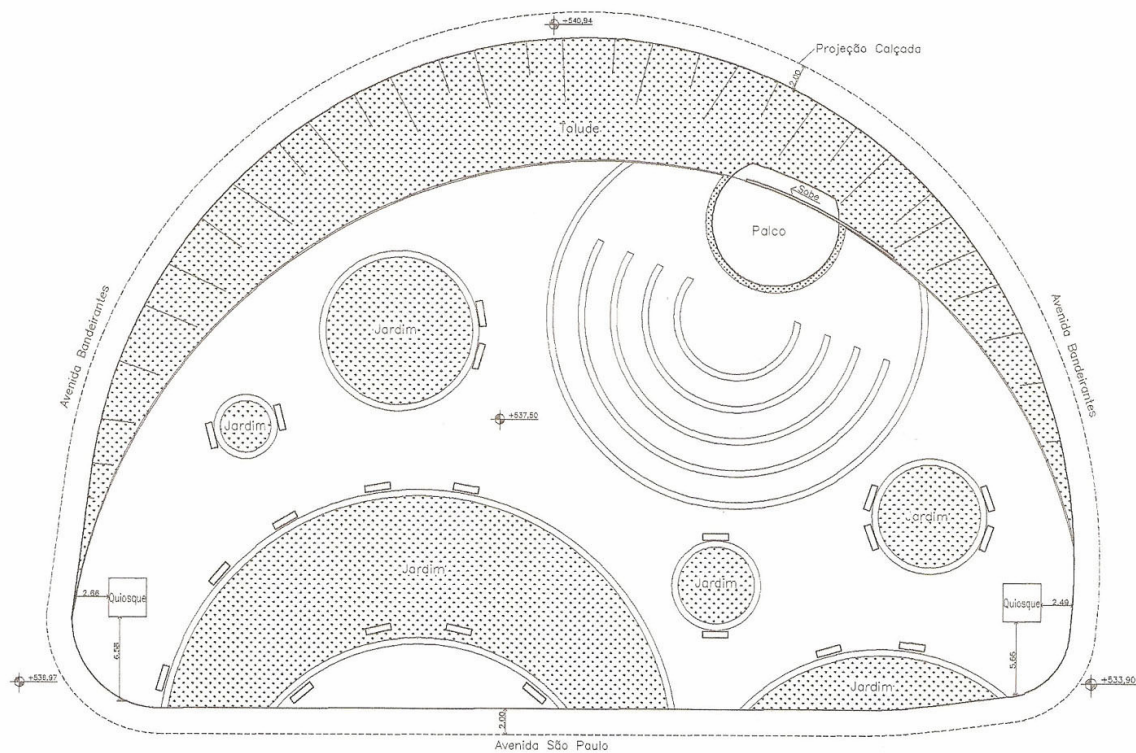


Figura V: Praia Azul, Praça com arborização, áreas de vegetação e anfiteatro aberto. Fonte: PMA. Unidade de Desenvolvimento Físico e Urbanístico (1998).



Secretaria de Planejamento, Controle e Avaliação	Prefeitura Municipal de Americana				PRAÇA PRAIA AZUL IMPLANTAÇÃO Avenida Bandeirantes e Avenida São Paulo	FOLHA 01/04 SETOR N
	Projeto:	Wladimir Tabaldi	Data:			

Fig. VI. Praia Azul: ampliação da praça principal. Fonte: PMA. Unidade de Desenvolvimento Físico e Urbanístico (2001).

Fonte: PMA. Unidade de Desenvolvimento Físico e Urbanístico (2001).

4.3.2. Plano de Revitalização Praia dos Namorados

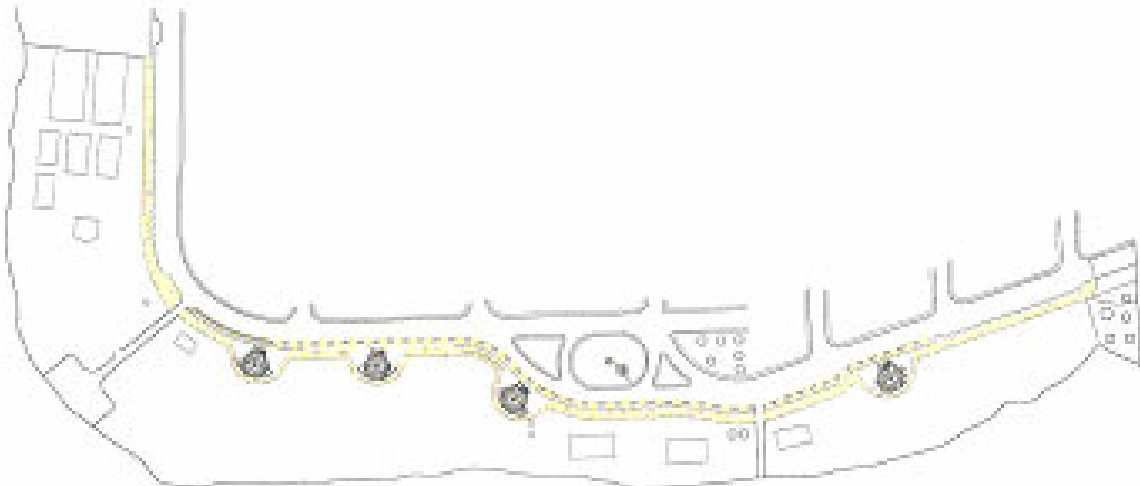


Fig. VII. Plano de Revitalização Praia dos Namorados, detalhe do passeio com quiosques na Orla da Av. José F. Coelho. Fonte: PMA. Unidade de Desenvolvimento Físico e Urbanístico (2003).

A Praia dos Namorados recebeu projetos, entre outros motivos, por seu potencial turístico, mas o que ocorreu, de fato, foi uma total degradação ambiental durante os anos 1960 e 70. Em 2003, foi apresentado e executado um projeto para a área que melhoraria o aspecto do local, com integração entre os quiosques existentes, os quais foram pintados, e a arborização do passeio público.

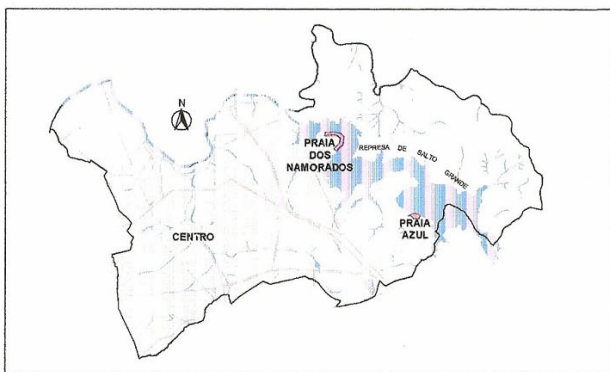
Entretanto, a forma como foram executadas estas intervenções, ou seja, pontualmente, não permitiu a solução dos principais problemas do local. Tanto que, em 2006, a Secretaria de Cultura e Turismo contando com orçamento estadual, solicitou a elaboração de um novo projeto urbanístico. Nesse último, foi proposta a ampliação da avenida principal, ao longo da orla, ligando as duas extremidades com ciclovias, além de canteiros verdes, reforma das calçadas e uma nova pavimentação, tudo pensado com

acesso aos portadores de deficiências e destaque para as faixas de pedestres. Estão previstas também a reforma dos quiosques, a otimização dos palcos, uma praça principal e estacionamentos, quadras poliesportivas, campo e pista de skate. Serão realizadas ainda uma reforma na área de camping municipal com espaço para eventos, píer para carga e descarga, revitalização da ONG Barco Escola, a criação do aquário municipal com exposição de peixes regionais e a instalação de câmeras de monitoramento de segurança.

PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DA ORLA DA PRAIA DOS NAMORADOS

HISTÓRICO DA ORLA

A Represa de Salto Grande foi implantada em 1949, pela Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL). Com a presença da represa, em 1950, cria-se a Praia dos Namorados e a Praia Azul, localizadas em lados opostos conforme mostra o mapa abaixo.



A população transfere então seu local de lazer para as orlas das praias, o que transformou a região em ponto turístico entre as décadas de 50, 60, 70 e 80. Atividades aquáticas como lanchas e jet ski, eram praticadas enquanto outros visitantes tomavam sol ou se banhavam nas águas da represa.

Após a década de 80, as orlas das duas praias iniciam um processo de degradação, resultante da falta de manutenção da área, forte presença de aguapê e poluição da água da represa, impedindo o banho dos visitantes que desde então deixam aos poucos de frequentar o local.

PRAIA AZUL E PRAIA DOS NAMORADOS HOJE

PRAIA AZUL

Atualmente a Praia Azul conta com praça e amplas calçadas para caminhada.

PRAIA DOS NAMORADOS

Nos anos 90 implantou-se o Camping Municipal na Praia dos Namorados, composto por quiosques para churrasco, parquinho, churrasqueiras de concreto, vestiários feminino e masculino, quadra poliesportiva e campo de futebol. A área, que foi bastante frequentada pela população, hoje está desativada por falta de recursos para manutenção e infra-estrutura.

Ainda nos anos 90, alguns quiosques e pista de caminhada foram construídos para ser um atrativo para a região.

Em maio de 2000 houve a implantação do projeto "Barco Escola" focado na educação ambiental. Desde então a Praia dos Namorados vem sendo frequentada por crianças jovens e adultos que procuram um pouco de lazer.

PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DA ORLA DA PRAIA DOS NAMORADOS

PROPOSTA:

Com o objetivo de resgatar a identidade turística da orla da Praia dos Namorados, o projeto será composto por atividades que visam atrair novamente o público a essa região.

A Avenida José Ferreira Coelho receberá ampliação e pavimentação da calçada, ciclovia ligando as duas pontas da orla, novos quiosques com área de consumo ampliado e palco integrado, praça principal com fonte interativa, ambulatório, fraldário, estacionamento, pista de skate, revitalização da área do camping com espaço para pequenos e grandes eventos, revitalização da área do projeto "Barco Escola", píer com área de carga e descarga, Aquário Municipal com peixes regionais, aterramento do sistema de energia elétrica, sistema de segurança com câmeras de monitoramento e sistema de escoamento de águas pluviais.

O projeto tem como foco principal a VALORIZAÇÃO DO PEDESTRE e com isso a *acessibilidade* a todas as pessoas, e como inspiração a REPRESA, que é a protagonista dessa verdadeira obra: a paisagem.

DADOS DO LOCAL:

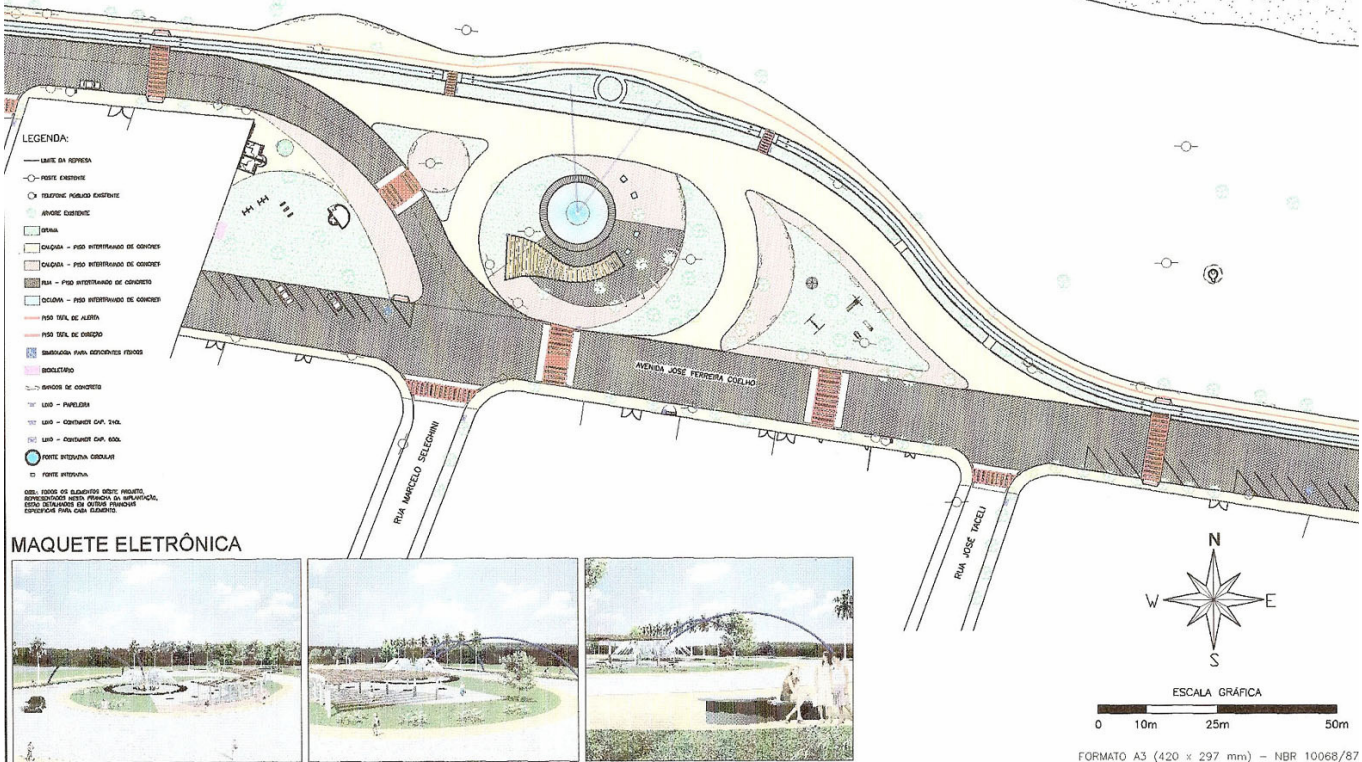
- zoneamentos: ZRE / ZR1 / ZR2 / APP
- abastecimento de água: 100%
- rede de esgoto: estimado em aproximadamente 50% com rede de esgoto e 50% com fossas
- tratamento de esgoto: estimado em aproximadamente 90% incluindo o esgoto retirado das fossas
- coleta de lixo: 100%
- transporte coletivo: 3 linhas de ônibus sendo 2 para o Centro e 1 para o Pq. Liberdade
- faixa de proteção da represa: 30 metros do limite da represa



FORMATO A3 (420 x 297 mm) - NBR 10068/87

		Prefeitura Municipal de Americana			OBRA	REVITALIZAÇÃO DA ORLA DA PRAIA DOS NAMORADOS	FOLHA	01
		SECRETÁRIO	BATISTA FRANCISCANGELIS, Engenheiro Civil		REVISÃO			
		DIRETOR	ANTONIO CANDIDO DE NADAI, Arquiteto		ESCALA			
		AUTORA DO PROJETO	VANESSA OLIVEIRA, Arquiteta e Urbanista		DESENHO	VANESSA OLIVEIRA	ASSUNTO	INTRODUÇÃO AO PROJETO
FISCALIZ. DA OBRA	OSVALDO R. SILVA, Engenheiro Civil	ARQUITETO	OSVALDO R. SILVA	LOCAL	AVENIDA JOSÉ FERREIRA COELHO PRAIA DOS NAMORADOS	PROTÓTIPO	14047/06 14049/06	
LEVANTAMENTO	FORNECIDO PELO DAE	DATA	Abril/2006					
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E CONTROLADORIA	PREFEITO	Erich Hetzl Júnior						

PRAÇA PRINCIPAL
ESCALA 1:750



<p>QUALIDADE DE VIDA EM PRIMEIRO LUGAR</p> <p>PREFEITURA DE AMERICANA</p> <p>SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E CONTROLADORIA</p>	<p>Prefeitura Municipal de Americana</p>		<p>REVISÃO</p>	<p>OBRA</p>	<p>REVITALIZAÇÃO DA ORLA DA PRAIA DOS NAMORADOS</p>	<p>FOLHA</p> <p>04</p>	
	<p>SECRETARIO</p> <p>BATISTA FRANCISCANGELIS, Engenheiro Civil</p>	<p>DIRETOR</p> <p>ANTONIO CANDIDO DE NADAI, Arquiteto</p>	<p>ESCALA</p> <p>1:750</p>			<p>ASSUNTO</p> <p>PRAÇA PRINCIPAL – IMPLANTAÇÃO</p>	<p>SETOR M</p>
	<p>AUTORA DO PROJETO</p> <p>VANESSA OLIVEIRA, Arquitecta e Urbanista</p>	<p>FISCALIZ. DA OBRA</p> <p>OSVALDO R. SILVA, Engenheiro Civil</p>	<p>DESENHID</p> <p>VANESSA OLIVEIRA, arquiteta e urbanista</p>			<p>LOCAL</p> <p>AVENIDA JOSÉ FERREIRA COELHO PRAIA DOS NAMORADOS</p>	<p>PROTOCOLO</p> <p>14047/06 14049/06</p>
<p>LEVANTAMENTO</p> <p>FORNECIDO PELO DAE</p>		<p>ARQUIVO</p> <p>04_04_2006_14049_06.dwg</p>	<p>DATA</p> <p>Abril/2006</p>				
<p>PREFEITO</p> <p>Erich Hetzl Júnior</p>							

FIG. VIII e IX – Pranchas do Projeto de Revitalização da Praia dos Namorados – implantação projeto completo, passeio, área de estar, fonte, brinquedos, pérgula, etc. Fonte: PMA. Unidade de Desenvolvimento Físico e Urbanístico (2006).

FIG. X –Praia dos Namorados – Fonte interativa e pέργula



1 Projeto: REVITALIZAÇÃO DA ORLA DA PRAIA DOS NAMORADOS
Projeto: Arquiteta Mariana M. Oliveira
Desenho: Estúdio Suraya

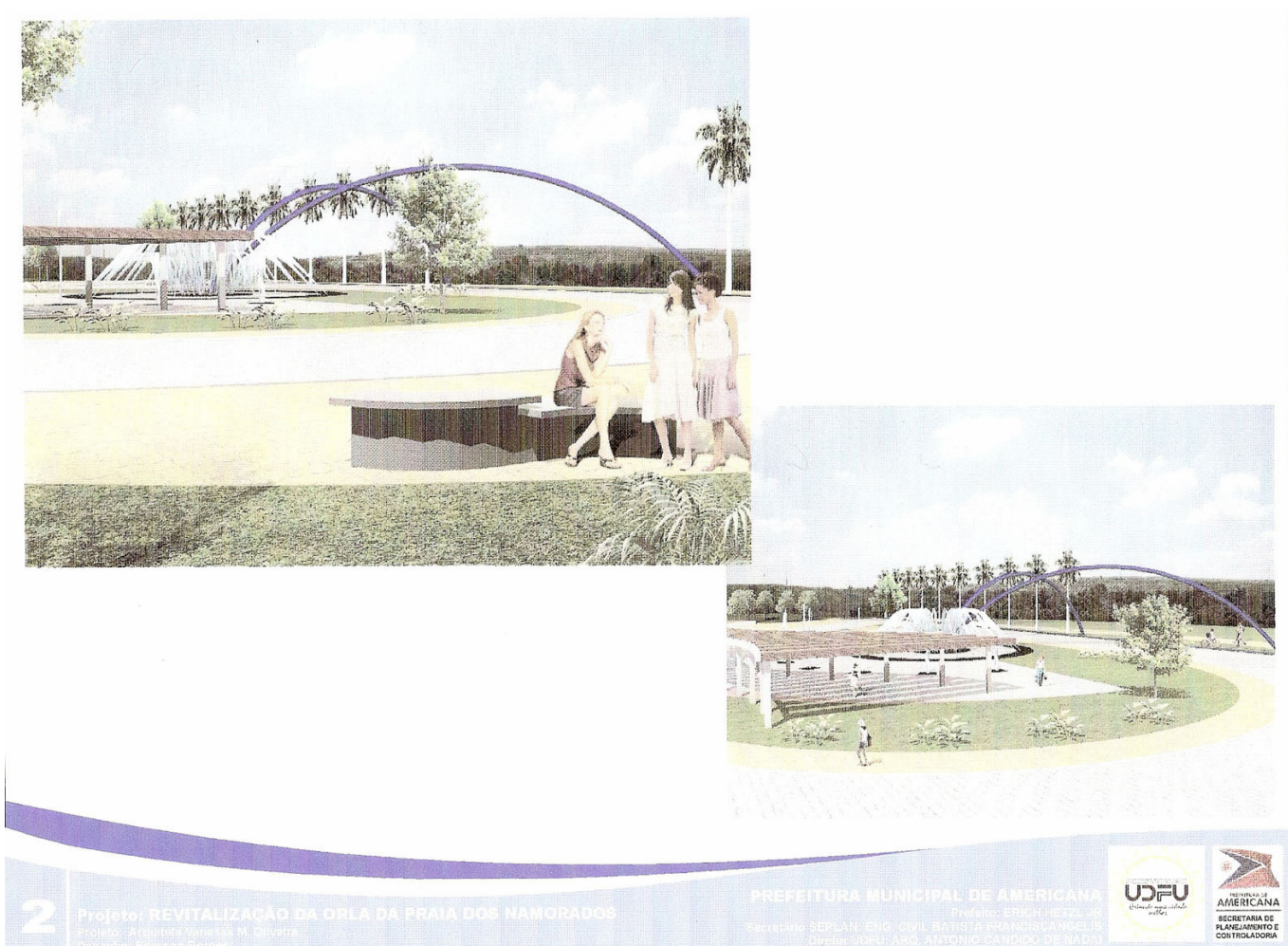
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMERICANA
PRIMATO: BRIGID HETZEL M.
Secretaria: SERPLAN: SMO, CUILE BATISTA FRANCISCA NOGUEIRA
Diretor: MESTRE LARA, ANTONIO ANDRÉ DE NADAU

UDFU
UNIVERSIDADE DE FORTALEZA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

AMERICANA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E
CONTROLE

Fonte: PMA. Unidade de Desenvolvimento Físico e Urbanístico (2006).

FIG. XI –Praia dos Namorados – Pérgula e fonte interativa circular



2 Projeto: REVITALIZAÇÃO DA ORLA DA PRAIA DOS NAMORADOS
Projeto: Arquiteta Vanessa M. Oliveira
Desenho: Ederson Pereira

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMERICANA
Presidente: ERICH HEIDE JR
Secretário SEPLAN: ENG. CIVIL BASTIA FRANCHOSI WAGLEIS
Diretor UDFU: ARQ. ANTONIO SANDRO DE NADAI



Fonte: PMA. Unidade de Desenvolvimento Físico e Urbanístico (2006).

CAPÍTULO V

O TRABALHO DE CAMPO

No dia 22 de julho de 2008, foram analisados aspectos quantitativos e qualitativos da paisagem urbana da Rua Maranhão, avenida de principal fluxo de pessoas, mercadorias e serviços.

Foram registrados dados sobre: terrenos vagos; residências; usos mistos (residências e comércios: escolas, indústrias, igrejas, instituições públicas e hortas). Foram levados em consideração os aspectos predominantes desses estabelecimentos, que por vezes revelam fatos sobre a vivência no local.

Para fins metodológicos, é importante ressaltar que esta rua foi escolhida pela sua importância hierárquica, porém, durante a visita a campo foi percebido que as ruas adjacentes, também reproduzem o quadro analisado, ou seja, fica bastante claro que o estudo dessa rua em particular revela padrões de ocupação, apropriação e uso, reproduzidos em toda área.



Fotos 38: Avenida Maranhão. Centralização do comércio. Fonte: Tatiane de Aguiar Feliciano (2008)



Foto 39: Avenida Maranhão, Comércio centralizado, porém ainda com muitos vazios urbanos. Foto 40 : Rua transversal à Maranhão, possível ver as condições precárias das moradias e do trato urbano, ao fundo, a Represa. Fonte: Tatiane de Aguiar Feliciano (2008)

5.1 DADOS COLHIDOS

Os resultados da pesquisa aqui apresentados têm o intuito de registrar a realidade observada. Segundo dados da Prefeitura de Americana, o número de residências, comércios e atividades em geral, do local, se tornam rapidamente obsoletos ou são efêmeros, justamente por se tratar de uma realidade sócio-econômica dinâmica, onde novas formas de morar são identificadas diariamente, assim como o surgimento de novos tipos de usos comerciais junto às residências.

As Indústrias (3)

As indústrias estão localizadas às margens da Rodovia Anhanguera. De produção variada, desde madeireiras até ferro-velho, mas nenhuma do setor de tecnologia, por exemplo, além de um grande galpão abandonado, tudo isso mesclado com moradias de baixo padrão. Foram observadas cerca de três famílias que moram de maneira bastante precária em meio à localização industrial. Uma pequena viela sem asfalto dava o limite entre duas indústrias e nela havia outras tantas famílias vivendo nas condições descritas acima. Um grande número de crianças brincava no barro da rua.

Apenas terrenos vazios (privados)

Grande extensão de terrenos sem uso separa essa área industrial da parte da rua Maranhão de maior movimento. Há alguns quilômetros de vazio de formado por

propriedades privadas. Muitas pessoas circulam no local a pé ou de bicicleta. Encontram-se pontos de prostituição durante esse trecho. Alguns poucos comércios foram identificados no local, todos com características rurais, um pesqueiro e comércio de iscas vivas.



Fotos 41, 42 e 43: Terrenos desocupados na Avenida Maranhão. Fonte: Tatiane de Aguiar Feliciano (2008)

Terrenos com residências (chácaras, 19)

As chácaras são diversas e estão espalhadas por toda extensão da rua, situadas entre residências comuns e comércios. Foram observadas chácaras em que viviam moradores do local, e outras fechadas, talvez por se tratar de segunda residência. A característica predominante dessas chácaras de segunda residência, e o que as diferencia das ocupadas pela população local, é o alto padrão das construções, com piscinas, quadras e a presença de cães de guarda. Já as chácaras de moradores têm características predominantemente rurais, tanto nas construções das casas que não

possuíam um estilo arquitetônico definido e planejado, como na dinâmica de vida de seus moradores, com cães de estimação sem raça definida, muitas galinhas soltas pelo quintal, chão de terra batida, sem nenhum paisagismo, mas sim plantações caseiras e simples de hortaliças ou vasos de flores, entre outros.



Fotos 44, 45 e 46: Avenida Maranhão. As segundas residências são chácaras de alto padrão. Fonte: Tatiane de Aguiar Feliciano (2008)



Fotos 47, 48 e 49: Avenida Maranhão. Residências rurais, chácaras. Fonte: Tatiane de Aguiar Feliciano (2008)

A área residencial (23)

As residências são, na sua maioria, de baixo padrão, quase todas das residências são construídas sem infra-estrutura, sem acabamentos, sem pavimentação externa e muitas vezes são construídas em um espaço equivalente a menos da metade de um lote. Geralmente são irregulares e multifamiliares. Foi percebido que quanto mais

próximo chegávamos da represa pior eram as condições de moradias, chegando até mesmo a ter ruas transversais sem asfalto.



Fotos 50, 51, 52, 53 e 54: Avenida Maranhão. Residências simples. Fonte: Tatiane de Aguiar Feliciano (2008)

Área predominantemente de comércio e serviços (31)

Usos comerciais variados se estendem pela rua, algumas com características rurais, e outros estabelecimentos com usos diversificados, além do predomínio de bares diurnos e outros só noturnos. Encontramos serralheria, boate, supermercado, confecção, pastelaria e sorveteria, borracharia, loja de produtos agropecuários, iscas vivas, farmácias, vidraçaria, imobiliária, auto-elétrico, mercado com múltiplas funções (lanchonete, bar, mercearia), bares noturnos, loja de roupas, escritório de advocacia, depósito de construção, madeireira e loja de materiais de construção, chopperia e pizzaria noturnos, mecânica de motos, motéis de vários padrões e bares noturnos com múltiplas funções.



Fotos 55, 56, 57 e 58: Aspecto do comércio na Avenida Maranhão. Fonte: Tatiane de Aguiar Feliciano (2008)

Usos mistos: Comércio, serviços e residência (15)

É expressivo o número crescente de residências que abrem um pequeno comércio na fachada, geralmente utilizando a própria garagem. São serviços simples, muitas vezes de trabalho autônomo, criando uma diversidade interessante de usos para o usufruto dos moradores locais. Encontramos comércio de isca viva, pequeno restaurante, serviços de tele-mensagens, uma imobiliária, duas lojas de roupas e uma cabeleireira em prédio de uso misto, residência e comércio separados, noutra situação encontramos cabeleireiro, banho e tosa, e loja de materiais elétricos cujas residências são edículas (fundos), depósito de construção, alguns serviços no “fundo do quintal” mas não foi possível identificá-los, talvez pequenas empresas de confecção, que é muito comum na cidade, venda de gás e um uso misto de bar com pensão.



Fotos 59, 60 e 61 : Avenida Maranhão. Os comércios, serviços e residência em um único lote. Fonte: Tatiane de Aguiar Feliciano (2008)

Ocupação Rural (2)

Encontramos uma pequena horta em um lote, com variedade de cultivos. Encontramos um outro sítio com pessoas residentes e com plantação de subsistência, onde aparentemente um casal de idosos que vive da venda dos produtos cultivados.

Usos institucionais (Igrejas, 5; residência + igreja, 1)

Há vários templos católicos e evangélicos, com localização preferencial nas ruas transversais à avenida. Em uma outra situação encontramos uma igreja evangélica com residência nos fundos.



Foto 62 : Avenida Maranhão, a igreja com residência nos fundos. Fonte: Tatiane de Aguiar Feliciano (2008)

Serviços públicos (5) Escola Estadual (1)

Constatamos a presença de duas Unidades Básicas de Saúde, da Administração regional, Casa da Criança, Centro de Referência, Assistência Social (CRAS) e uma escola estadual.



Foto 63 e 64: Avenida Maranhão. Serviços públicos - CRAS. Fonte: Tatiane de Aguiar Feliciano (2008)

Na última parte da rua principal, registrada nas fotos a seguir, é possível constatar uma predominância de motéis, bares noturnos, observa-se a falta de limpeza nas ruas, muito barro espalhado sobre o asfalto, calçamento ruim e o aumento dos vazios de ocupação quanto mais nos aproximamos da represa.



Fotos 65 e 66: Orla Praia Azul. Fonte: Tatiane de Aguiar Feliciano (2008)



Fotos 67 e 68: proximidades da Orla Praia Azul. Fonte: Tatiane de Aguiar Feliciano (2008)



Fotos 69 e 70: Fim da Rua Maranhão. Predominância de motéis e abandono. Fonte: Tatiane de Aguiar Feliciano (2008)



Foto 71: Perfil urbanístico do Final da Avenida Maranhão. Fonte: Tatiane de Aguiar Feliciano (2008)

Segundo Minayo (2000), as impressões do pesquisador, após a observação participante, deve ser registrada em forma de conteúdo contextual. Apoiada nesse procedimento metodológico, alguns apontamentos puderam ser feitos, como por exemplo, sobre a segurança do local.

Foi percebido que na orla da represa há um posto policial, mas em nenhum momento do trabalho de campo ou da pesquisa exploratória foi visto o policiamento do local. Os espaços da praça da orla e a própria orla, sem tratamento nenhum, denotam que são espaços públicos, porém sem apropriação coletiva, ou seja, os únicos freqüentadores do local são aqueles que buscam drogas ou a prostituição, que acabam privatizando o local, sendo que a maior movimentação é noturna.

Antes da ida a campo foi feita uma pesquisa na Prefeitura Municipal, onde foi levantado o preço da terra, áreas de preservação, perfil sócio econômico, depoimentos de funcionários sobre a área e um mapa contendo o uso dos lotes no entorno da rua Maranhão – dados da pesquisa documental (PÁDUA,2000). Seguem-se os registros municipais de usos no local para que se possa ter uma idéia da insuficiência de informação sobre a área: constam a presença de 25 terrenos, 20 residências, 12 usos comerciais, um equipamento de educação e duas instituições especiais.

Esse resultado contrasta com a realidade objetiva do local, uma vez que os dados levantados em campo, ou seja, o resultado da coleta de dados primários, detectou uma multiplicidade de usos e formas de ocupação, evidenciando a deficiência dos dados que a administração pública tem do local.

Embora espacialmente ambas as Praias se confrontem com a liminaridade, tanto física quanto subjetiva, os dados estatísticos e a pesquisa de campo nos revelaram aspectos do desenvolvimento e evolução urbana diferentes entre as Praias, resultando, portanto, em paisagem distintas.

Nos resultados obtidos na Praia Azul (mapa XVIII) constatou-se a predominância

de situações mistas, um padrão urbanístico popular, decorrência direta de ações da municipalidade nos anos 1970 a 80, onde os principais programas de habitação social foram planejados para esta região. Concomitantemente, os antigos donos de barracos e favelas foram transferidos de uma área que hoje é central na cidade, para a área da Praia Azul.

Outra característica marcante visível no mapa é o número de residências que incorporaram atividades comerciais e de serviços, tornando-se de uso misto (costureiras, doceiras, cabeleireiras), que se dá de maneira informal, apenas para suprir as carências de serviços a que os residentes estão condicionados.

A Praia Azul pode ser caracterizada como de uso misto também quanto ao tipo de ocupação, que conforme verificamos no mapa, há áreas residenciais urbanas e rurais, mescladas a pontos de equipamentos públicos ao longo da rua principal – Rua Maranhão – apresentando, em alguns trechos, características de pequena centralidade.

Nos loteamentos voltados para a Represa, predominam as chácaras, onde é possível observarmos que grande parte da área de preservação ambiental encontra-se em áreas particulares e não públicas.

5.2 – As diferenças: Caminhos para a conclusão

A discrepância entre as áreas é evidente quando observamos o resultado do desenvolvimento e evolução urbana da Praia dos Namorados (mapa XIX). Além dos dados estatísticos e urbanísticos realmente diferentes entre as duas praias, constata-se aí a expansão dos grandes condomínios fechados de luxo. Iniciados no entorno da represa nos anos 1960 a 70, estas duas margens surgiram de uma vocação turística que se consolidou, ao longo das décadas posteriores, com a expansão da localização de chácaras, sítios e clubes de campo para segunda residência, além de uma preocupação crescente com o passeio público na orla da represa. Historicamente realmente foi uma área importante para o turismo regional da cidade. Há uma série de depoimentos

informais colhidos durante o trabalho de campo que comprovam isso. Porém, com a decadência e a falta de continuidade e cuidado desses espaços públicos por sucessivas gestões (anos 1980, 90 e 2000), hoje a especulação imobiliária da Praia dos Namorados resultou em uma paisagem entre muros e grades. Ao longo da Avenida principal de acesso à Orla da Represa – Av. Comendador Tomaz Fortunato - o predomínio da ocupação é de condomínios de luxo, e as áreas que deveriam ser públicas, conforme mostra o mapa, tornam-se privativas dos condôminos, numa espécie de jardim ou quintal dos próprios condomínios.

MAPA XVIII: RESULTADO DA ANÁLISE DA PAISAGEM – PRAIA AZUL

MAPA XIX: RESULTADO DA ANÁLISE DA PAISAGEM – PRAIA DOS NAMORADOS

Observando o mapa de Hierarquia Viária (mapa XIX) é possível constatar que não há nenhuma via do outro lado da rodovia, interligando as Áreas de Planejamento 2 e 3, respectivamente, Praia dos Namorados e Praia Azul, como seria de se esperar, já que ambas, segundo a municipalidade, apresentam vocação turística e a rodovia se estende paralelamente à orla da represa. A ligação das áreas ocorre de forma distinta e isolada, a partir de vias perpendiculares à rodovia Anhangüera, as vias principais que cortam os bairros de cada uma das APs, Comendador Thomaz Fortunato e Maranhão, que começam na rodovia e terminam nas praias.

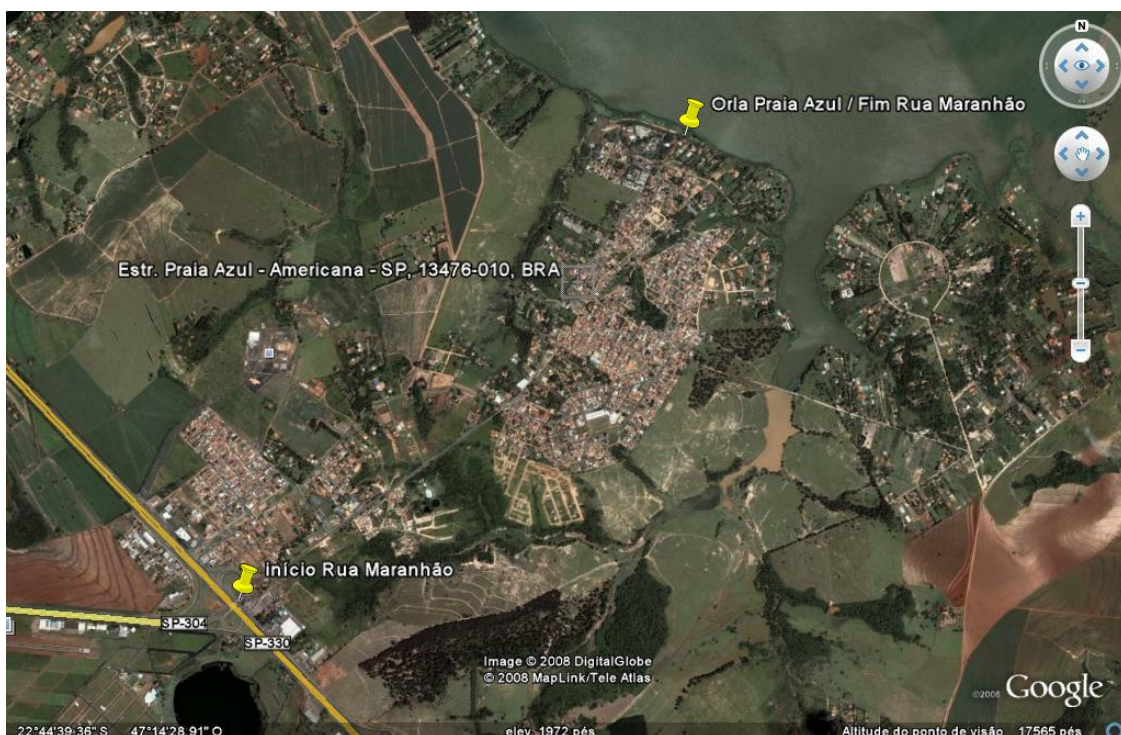


Foto 72: Visão aérea da Rodovia Anhangüera, destacando a Rua Maranhão até a Orla da Praia Azul. Fonte: Google Earth (2008). Trabalhado por Tatiane Aguiar Feliciano.



FOTO 73: Imagem aérea do acesso via Anhangüera para Orla da Praia dos Namorados. Fonte: Google Earth (2008). Trabalhado por Tatiane Aguiar Feliciano.

As vias arteriais projetadas (a executar) continuam reforçando esta lógica. Irão cortar as APs perpendicularmente à rodovia, atravessar a área da represa e interligá-las paralelamente às áreas residenciais do pós-represa, onde se encontrarão. No caso da AP2, é a Via 1 que fará a interligação, quase na divisa do município de Limeira, iniciando pela Av. Nicolau J. Abdalla, percorrendo o sentido leste-oeste até cruzar a Praia dos Namorados e encontrar a Via 1. Da mesma forma, a Via 2 cruzará a Praia dos Namorados e seguirá interligando os bairros da AP3 por uma via paralela à Av. Maranhão, no interior da área dos condomínios – inicia pela Av. Padre Miguel Horsi, passando pela rua Heitor Siqueira e Rua Prof. Átila, cortando a área ocupada predominantemente por condomínios, até atravessar a represa e se transformar na Via 2, que, no zoneamento, divide as áreas residenciais deste setor em Zona de Preservação e Moradia (ZPM) e Zona de Preservação e Atividades Econômicas, por um lado, e Zona de Preservação e Moradia Horizontal (ZPH), por outro.

MAPA XX – PROPOSTA DE MACRO ZONEAMENTO

MAPA XXI – PROPOSTA DE ZONEAMENTO

A ocupação ao longo dos eixos principais das duas áreas, conforme demonstramos no mapa de *Análise da Formação das Praias Azul e dos Namorados* (Mapas XXII e XXIII), é bastante diversa e distinta entre as duas. No caso da praia dos Namorados, há uma predominância de uso residencial, porém de classe alta, condomínios, loteamentos de chácaras para segunda residência. No caso da Praia Azul, encontramos uma área mais mesclada de atividades, com condomínios, residências de classes de renda mais baixa, atividade comercial em toda a extensão da Av. Maranhão, assim como a presença de edifícios institucionais e equipamentos públicos, que dão à avenida um aspecto de centralidade em alguns trechos.

O zoneamento proposto nada mais faz do que consolidar o que já é uma tendência nas duas áreas, propondo uso preponderante residencial (ZR1) para a Praia dos Namorados e Zona Mista (ZM) para a área do entorno da Av. Maranhão na Praia Azul. O problema principal, no entanto, é que a atividade terciária que está se instalando no interior das quadras a partir da avenida tem um caráter de informalidade e efemeridade que dificilmente é controlável por legislação. Seria necessária a fiscalização constante, o que não ocorre. Assim, a área acaba consolidando um aspecto de precariedade que contribui para uma imagem degradada da área como um todo. Na Praia dos Namorados, o contraponto a isto é a desolação de todo o percurso entre os diversos condomínios, a distância que tem que ser obrigatoriamente percorrida para se chegar à praia, que não apresenta nenhum aspecto de urbanidade, fazendo com que o convívio nos espaços públicos desta se esvazie.

Ainda sobre a proposta de zoneamento é necessário destacar a proposta de consolidação de uma UAV (Unidade de Área Verde) – Vale das Nogueiras - na Praia dos Namorados e a proposta de uma ZEIS (Unidade de Zona Especial de Interesse Social), no interior da área dos condomínios. No primeiro caso tratam-se de áreas remanescentes destinadas ao uso público e privado, de interesse de preservação por suas características ambientais. No segundo caso, a maioria das áreas de ZEIS destacadas no Mapa de Zoneamento são áreas já existentes, cujo objetivo é apenas de regularização. Das duas únicas áreas a serem criadas, uma está na área de estudo AP3

(Praia Azul) destinadas à regularização fundiária e ao incentivo da produção de Habitação de Interesse Social / HIS, para população de 0 a 10 salários mínimos, onde poderão ser implantados conjuntos habitacionais multifamiliar e/ou conjuntos unifamiliar com lotes de terrenos de área mínima de 150m² e frente mínima de 7,50m. Este padrão é o que tem sido encontrado nos diversos loteamentos da área, onde os lotes são ainda fragmentados posteriormente, para possibilitar a construção de mais uma unidade residencial, ou de uso comercial e de serviços, conforme já apontamos.

Entretanto, os proprietários das glebas de ZEIS, que doaram ao Município 30% (trinta por cento) de sua área poderão requerer que o seu remanescente seja desafetado de ZEIS, mediante algumas condições, entre as quais a de que se situe em áreas contíguas a áreas já loteadas e com dotação de infra-estruturas, dispositivo que impede, em tese, a permanência destas sem uso. Verificar *mapas XXIII – Praia Azul Vias Principais* e *XXIV – Praia dos Namorados Vias Principais*.

Há uma zona específica a destacar, a Unidade de Área de Interesse Urbanístico (UAIU), que corresponde a setores das APs que devem receber projetos de recuperação ou de urbanização específicos, urbanístico, arquitetônico, paisagístico e complementares, por iniciativa do poder público municipal. São quatro áreas localizadas no Mapa, sendo duas em cada uma das áreas de estudo. Em cada área, uma destas corresponde ao perímetro das praias Azul e dos Namorados, as quais receberam, ao longo dos últimos anos projetos específicos de requalificação, embora só tenham sido realizados parcialmente, conforme demonstramos no capítulo IV “Programas e Projetos”.

Pelo Mapa de Loteamentos (mapa XVI) é possível constatar que as outras UAIU que estão situadas em cada uma das APs, tratam-se de áreas ainda não ocupadas, na maioria privadas, estrategicamente situadas, no caso da AP2, ao longo de uma via e numa área que permitirá acesso à represa e, no caso da AP3, ao longo da continuação da Via 2 (Mapa XXIII), projetada para interligar a Praia Azul com a área de recuperação e preservação pós-represa.

Finalmente, como esta Macrozona é de uso predominantemente urbano (MPU), segundo a lei nº 4.597/08 e tem por característica o adensamento e ocupação das áreas vazias, há uma diretriz nítida de consolidação da urbanização no sentido da Praia Azul, quando são definidas as *zonas de parcelamento compulsório*, utilizando o instrumento do Estatuto da Cidade, exatamente nas Zonas de Atividade Econômica (ZAE 2) b1 e b2, junto à rodovia e próximas a futura entrada para a área da Praia dos Namorados, que irá ser construída e irá interligar com a Via 2 e as áreas habitacionais do pós-represa, conforme já citamos acima. Nestas áreas, os proprietários terão um ano para entrar com projetos de parcelamentos, a partir da publicação da lei, e os parcelamentos deverão ser iniciados no prazo máximo de dois anos, a contar da data de aprovação do correspondente projeto, sendo que se não houver o cumprimento da lei, aos imóveis será aplicado o *imposto progressivo territorial e predial* pelo prazo de cinco anos. Caso este prazo também não seja cumprido, a prefeitura poderá desapropriar o imóvel.

MAPA XXII: VALOR DO SOLO

Quanto ao valor do solo, os mais altos são os lotes de condomínios em ambas as APs. A diferença é a homogeneidade maior de ocupação encontrada na AP2, onde a própria avenida de acesso tem pouco comércio instalado e uma paisagem mais rural, com casas para segunda residência, o que preserva mais a paisagem original e característica da formação destas áreas. A continuação da Via 1 que ligará com as áreas habitacionais do pós-represa, projetada nesta AP, passa distante da área de loteamentos, está próxima às áreas de uso misto, no extremo oeste do município, quase na divisa com Limeira. Os valores na área dos loteamentos estão entre R\$ 100,00 e R\$ 250,00 o m², enquanto que na área de uso misto onde passará a nova interligação, no limite da área já ocupada pelos condomínios, estes valores não passam de R\$ 70,00.

No caso da Praia Azul os lotes têm um valor menor, estão entre R\$ 20,00 e R\$ 80,00 o m² e as áreas que serão cortadas pela futura Via 2 que interligará as áreas habitacionais do pós-represa têm um valor menor ainda, em torno de R\$ 15,00 o m². É também a área onde ainda há uma grande quantidade de grandes glebas ainda não ocupadas ou não loteadas, o que significa que, se não houver uma diretriz clara de ocupação destas áreas ao longo da nova via, esta será objeto de especulação imobiliária para construção de novos condomínios, na contramão das propostas da Macrozona, descritas no Art. 24, que são as de:

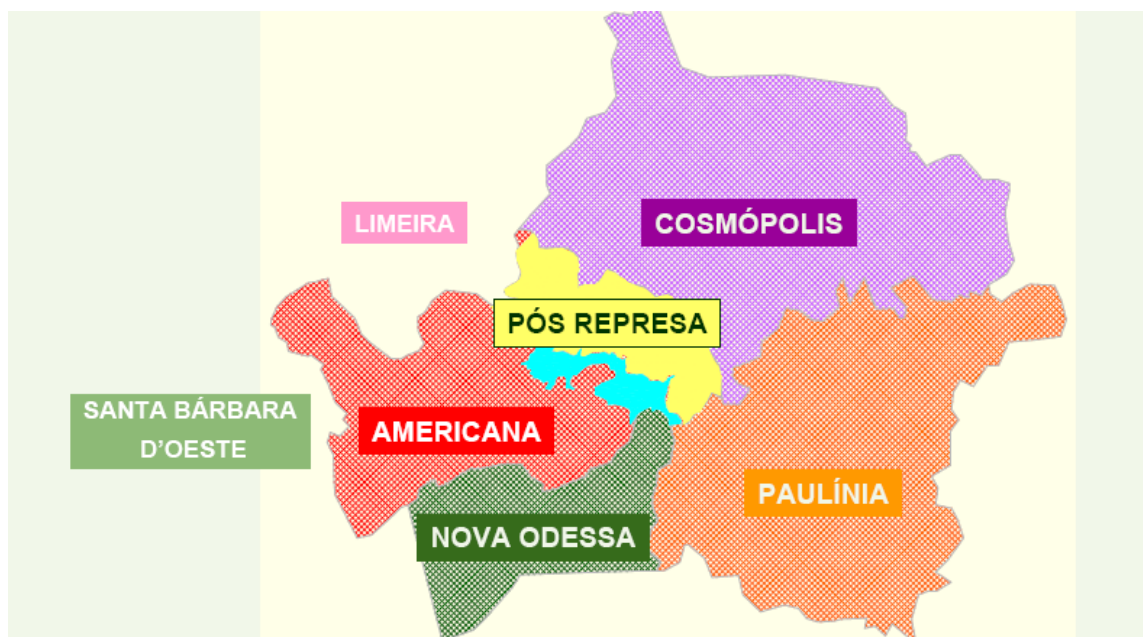
- I - ordenar a distribuição das atividades e o adensamento urbano;
- II - organizar e garantir a boa qualidade da circulação e da mobilidade urbana;
- III - otimizar a utilização da infra-estrutura urbana instalada e racionalizar sua complementação;
- IV - disponibilizar equipamentos públicos de qualidade, espaços públicos e áreas verdes com acessibilidade e segurança de uso.” (LEI Nº 4.597, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2008).

XXIII – Praia Azul Vias Principais. Fonte: PMA. Unidade de Geoprocessamento.

XXIV – Praia dos Namorados Vias Principais. Fonte: PMA. Unidade de Geoprocessamento.

A porção denominada pela Prefeitura de “pós- represa” corresponde à APAMA – Área de Proteção Ambiental de Americana. É uma área de grandes glebas, caracterizada por terrenos ainda desocupados e sítios, com população rural, cultivo de milho, cana de açúcar entre outras atividades, em um território que faz divisa com os municípios de Cosmópolis, Paulínia e Nova Odessa, como mostra o mapa a seguir, utilizado na apresentação de Proposta do Plano Diretor de 2006

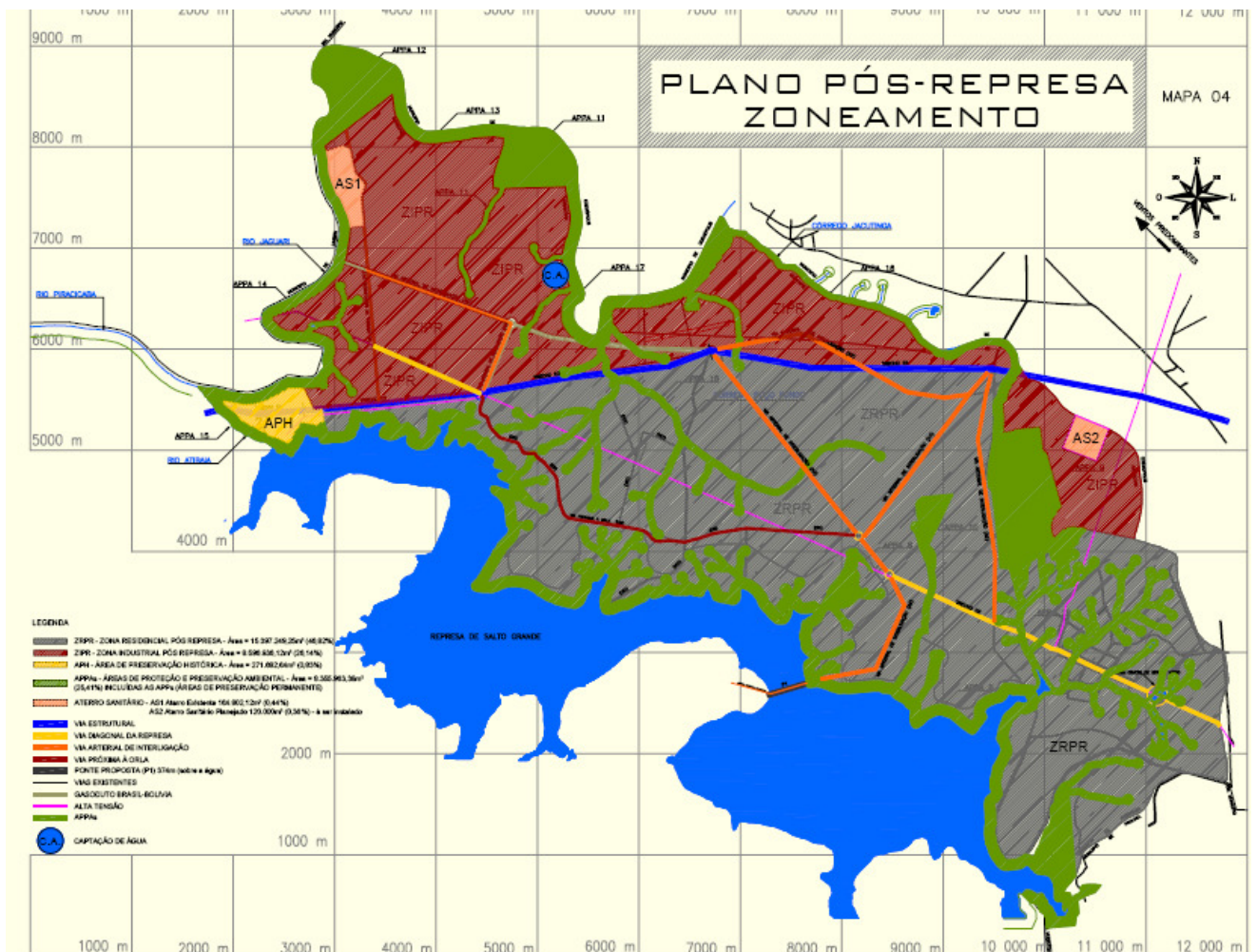
MAPA XXV: LOCALIZAÇÃO DA REGIÃO DO PÓS-REPRESA



FONTE: Prefeitura Municipal de Americana, Unidade de Geoprocessamento, 2006.

Segundo técnicos da prefeitura, nos planos municipais essa área seria destinada majoritariamente para residências e indústrias, conservando os espaços exigidos por lei para as APAS, conforme o mapa abaixo:

MAPA XXVI: Plano de Zoneamento Pós-Represa



FONTE: Prefeitura Municipal de Americana, Unidade de Geoprocessamento, 2006.

Essa área, além de representar uma extensão da preocupação em relação às questões ambientais no entorno da Represa, também se apresenta como área de continuidade do desenvolvimento do município (ou da dispersão da urbanização) a partir das APs 2 e 3, pelo menos do ponto de vista geográfico, ainda que haja entre estas uma barreira física, no caso, a Represa, quase tão intransponível quanto a da rodovia que determinou o isolamento do espaço das APs 2 e 3 do restante da cidade.

Em conversa com os técnicos municipais sobre a conexão e acessibilidade das APs 2 e 3 e dessa nova porção incorporada às propostas para a represa, foi possível constatar

que não há nenhum projeto de interligação para esta área com o centro de Americana. Ou seja, assim como as APs 2 e 3, esta porção será mantida isolada, a mercê de uma urbanização não controlada, provavelmente mais ligada urbanisticamente com os demais municípios que fazem divisa do que com a própria cidade de Americana.

Neste sentido, a configuração urbana das APs 2 e 3, parece não ser mais um problema da atual e das futuras administrações, e o que sobressai como pauta nas discussões é a regulamentação do território Pós-Represa. Indiretamente, a região das praias já foi incorporada como um espaço da cidade consolidada, ou seja, não há mais preconceito por se estabelecer do outro lado da rodovia.

Finalmente, é importante destacar que os terrenos pós-represa (APAMA) pertencentes ao município, sejam eles destinados à habitação, atividade econômica ou recuperação (ZPM e ZPH, ZPE e ZPR, respectivamente), estão avaliados em R\$12,00 o m² e esta Macrozona de Uso Predominantemente Ambiental (MPA) deverá ser objeto de regulamentação específica. Trata-se de uma nova frente de urbanização, uma oportunidade de planejamento desde sua gênese que traz em seu bojo as discussões de todos os problemas contemporâneos, seja com relação à preservação de áreas, seja com relação às questões econômicas e sociais da Região Metropolitana, com destaque para a mudança das relações de deslocamento a partir da dispersão urbana e da reorganização das atividades produtivas.

A Praia Azul, por sua vez, segue com suas características de uma periferia local, mantendo os baixos preços de terrenos e como único território onde a legislação permite o desmembramento de terrenos fora dos padrões mínimos, enquanto a Praia dos Namorados parece ter um papel distinto, reproduzindo uma tendência da região metropolitana, com a reprodução do padrão de ocupação por grandes extensões de condomínios fechados e seus espaços coletivos privados. Ver mapa XXXI – Rotas de ônibus.

XXVII – Rotas de ônibus. Fonte: PMA. Unidade de Geoprocessamento.

A partir do Mapa das Rotas de Ônibus (XXVII) definidas nas duas áreas, é possível observarmos apenas duas companhias de ônibus que atravessam a Rodovia Anhanguera e percorrem as principais vias de acesso às duas praias.

No mapa, a linha cor de rosa é a que acessa a Praia Azul. Portanto, apenas na via principal, ou seja, na Rua Maranhão, onde se centralizam os serviços e algumas adjacentes é que há a possibilidade de pontos de ônibus, sendo que, há apenas uma opção de linha de ônibus para se chegar à orla. Na Praia dos Namorados, o mesmo ocorre, como podemos verificar no mapa a partir da linha azul. Na praia dos Namorados, no entanto, o acesso à orla se dá por duas vias principais que se encontram em um único caminho para a orla.

Do ponto de vista qualitativo, é importante levantarmos que, além das longas distâncias que os moradores tem que percorrer de suas casas até as vias principais para tomar um ônibus, há um motivo que dificulta o seu deslocamento à “cidade” para usufruir a urbanidade oferecida: o preço dos ônibus. Custando em média de dois reais e trinta centavos à dois reais e cinquenta centavos, é muito difícil, por exemplo, para uma família composta por casal e dois filhos pagarem um passeio de ida e volta à cidade. E a pé o passeio é distante demais para se alcançar algum destino dentro da cidade consolidada.

Isso traz um sentimento de isolamento e, segundo depoimento de alguns estudantes da Praia Azul, de solidão e distanciamento da realidade urbana que os cercam, transformando aquele lugar em seu próprio mundo, sem ter possibilidade de irem além da Anhanguera, isolados até mesmo dos vizinhos, com os quais dividem a represa.

CONCLUSÃO

A despeito de alguns pontos já terem sido analisados e concluídos ao longo dos capítulos, cabe aqui ressaltar novamente os principais.

A forma de ocupação da área da Represa revelou-se um caso exemplar da expansão decorrente da atividade econômica que impulsionou a forma de urbanização de vários municípios da Região de Campinas, ou seja, a produção industrial. Esta ocupação que ocorreu sem regulamentação, produziu uma diferença marcante no tecido urbano local em relação à área mais consolidada da cidade. Mais especificamente no caso estudado encontramos uma liminaridade física que produziu uma distinção no processo de produção da paisagem.

Em outras palavras, ao mesmo tempo em que essa porção segue uma tendência regional, de periferização das áreas, há também uma questão local que se revela na paisagem atual.

As análises nos levam a concluir que ao longo das gestões municipais, as áreas estudadas foram objetos de intervenções diferenciadas. Em termos de uso e ocupação do solo, por exemplo, apesar de haver uma legislação definida, houve uma diferença de tipo de ocupação, tanto entre as próprias praias quanto destas em relação às demais áreas da cidade.

A ação planejada, neste caso, foi uma transferência para a área da Praia Azul de moradores dos primeiros barracos e assentamentos de classe baixa em Americana, que se situavam na área central, como visto nas tabelas e no histórico das áreas apresentado. A área central da cidade de Americana, em contrapartida, foi se tornando e é hoje extremamente valorizada pelo uso residencial e comercial, de fácil acesso a todos os equipamentos públicos e privados de qualidade.

Porém, os antigos moradores foram deslocados desses locais centrais para projetos de mutirões e habitação popular nas áreas periféricas, processo corrente em todas as

idades brasileiras nos anos 1970/80. E, na contra-mão do que se sugere qualquer lei sobre os direitos sociais, eles foram deslocados para uma área sem valor comercial, sem história, sem organização social, sem locais de trabalho, resultando na ausência total de qualidade de vida.

As regiões da Praia dos Namorados e especialmente da Praia Azul, foram espaços constituídos num contexto histórico marcado pela centralização de planejamento ao nível federal, e impulsionado pelas estratégias da própria prefeitura municipal.

O poder público hoje trabalha com a definição de uma vocação para o lazer e turismo das Praias, numa referência constante à importância outrora desta área para a região e a cidade como um todo que, entretanto, desde os anos 1970 não se revela mais como uma demanda social.

Concluimos também que como consequência disso temos um problema de caráter antropológico, uma vez que há fortes evidências de que a população se reconhece nestas condições de precariedade, em decorrência da estigmatização dos habitantes de outros setores da cidade, o que causa a baixa estima nos moradores locais, fato já apontado anteriormente.

E, finalmente, constatou-se a ausência de formas de integração desta comunidade com o tecido urbano e social das áreas mais antigas da cidade, dada a dificuldade de implementação de programas específicos de valorização local que permitam a participação da comunidade na discussão dos problemas urbanos atuais que a afetam diretamente, onde se verifica um “mascaramento” dos dados de precariedade, nos estudos utilizados para projetos de melhorias urbanas e ambientais.

Foi possível constatar que o espaço social está longe de ser homogêneo e de fácil apreensão, bem como é difícil afirmar, à priori, se a complexidade de atividades, grupos sociais, econômicos, étnicos, torna os relacionamentos dos grupos uma questão territorial, ou não. Os grupos podem conviver pacificamente interpondo-se uns aos

outros, ou simplesmente criar limites, sejam limites claros, físicos, ou limites simbólicos, numa espécie de consentimento coletivo, culturalmente apreendido (HARVEY,1980).

Estas hipóteses foram pesquisadas com o intuito de apontar aspectos que estão se revelando muito claros: marcadas pela urbanização dispersa, essas duas áreas inicialmente foram destinadas ao turismo e à implantação das chamadas “segundas residências” para classe média alta. No entanto, com a consolidação da rodovia, aliada aos programas habitacionais que “expulsaram” os barracos e favelas da área central da cidade para lá, as praias adquiriram aspectos e implicações urbanísticas diferenciadas, tomando rumos de desenvolvimento urbano diferentes na história, declarando a paisagem que encontramos hoje.

Cabe aqui também reforçar a idéia - e foi um dos objetivos principais da dissertação - que a Praia Azul tem o uso predominantemente de loteamentos de baixo padrão e programas habitacionais para população carente de habitação, que reproduz uma configuração urbana com graves problemas, enquanto a Praia dos Namorados tem ainda uma demanda no âmbito regional, com a tendência de incorporar-se na Região Metropolitana de Campinas, através dos loteamentos de alto padrão e condomínios fechados, hoje uma realidade também presente ao longo de todas as rodovias, tanto do interior paulista quanto da região metropolitana da própria Capital, a cidade de São Paulo.

Contudo, conclui-se que a Praia Azul pode, segundo tais hipóteses, ser considerada uma periferia local, com carências de projetos sociais, habitacionais, culturais, entre outras, problemas diretamente relacionados à esfera municipal, enquanto que os problemas e características da Praia dos Namorados estão convergindo para uma realidade mais ampla, regional, de exploração e especulação do mercado de terras para empreendimentos voltados para a alta renda.

Aqui se evidencia a hipótese que apontamos no início do trabalho, de que os projetos para estas áreas não podem prescindir de uma leitura individualizada de cada

contexto, sob pena de se operar com instrumentos urbanísticos equivocados para problemas tão diferenciados.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, L.M.A. & RIGOLIN, T.B. **Geografia**, Séria Novo Ensino Médio. 1ª Edição. Editora Ática: São Paulo, 2002.

AMERICANA. Art. 24 Lei ° 4.597 de 1 fev. 2008.

AMERICANA, **PDDI**. Projeto de Lei n° 061, 2006.

ARANTES, Antônio. “A guerra dos lugares: sobre fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano”. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, 1994.

Carton, Bruce. *Reflections on the Civil War*. Doubleday Books, 1981

Consórcio PCJ. **Acessível em:** <http://www.agenciadeaguapcj.org.br/>. **Acesso em:** 06/07/2008.

CPFL. Programa de ações ambientais, 2007. CD-ROM.

DAE, Departamento de Água e Esgoto de Americana. Americana – SP: 2006.

DIAS, M.L. R. R. **Desenvolvimento urbano e habitação popular em São Paulo (1870-1914)**. São Paulo: Nobel, 1989.

DNIT, Departamento Nacional de Infra-Estrutura e Transporte. Disponível em: <www.dnit.com.br>. Acessado em: Março de 2006.

DESLANDES, S. F. NETO, O.C. GOMES, R. **Pesquisa social: Teoria, Método e Criatividade**. 22ª Ed. MINAYO, M.C.S (org.) Editora Vozes: Petrópolis, 1994.

EMPLASA. **Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano SA**. Disponível em: <www.emplasa.sp.gov.br/>. Acesso em: 28 de Abril de 2007.

FACHIN, O. **Fundamentos de Metodologia**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

GONÇALVES, E. P. Escolhendo o percurso metodológico. In: **Conversas sobre iniciação à pesquisa**. São Paulo: Alínea, 2001. p. 63-73.

GOOGLE EARTH. **Captura de imagens**, 2008

GRAZIANO, José & CAMPANHOLA, Clayton “Desenvolvimento local e a Democratização dos espaços rurais” In: **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, jan./abr. 2000.

HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2000.

KAHTOUNI, Saide (org). **Discutindo a paisagem**. São Carlos, RiMa, 2006.

LEACH, Edmund. **Cultura e Comunicação**. Lisboa : Edições 70, 1976.

LIMA, Daniela Morelli. **Americana em um século**. A evolução urbana de uma cidade industrial de porte médio. São Paulo: FAPESP/ANNABLUME, 2002.

MARCUSE, Peter. Enclaves, sim; Guetos, não: a segregação e o Estado. In: **Espaço & debates** : Revista de estudos regionais e urbanos. São Paulo: Annablume Editora Comunicação. V. 24, n. 45, p. 24-33, Jan/Jul 2004.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento - pesquisas qualitativa em saúde**. Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 2000.

MORETTI, R.S. **Conceitos de sustentabilidade aplicados ao projeto da habitação popular** . Revista Técnica Edição 95, fevereiro de 2005.

MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual de Informações Sociais – Rais, 2003.

OJIMA, R. Dispersão urbana. **Jornal O Liberal**. 15 Abr 2007.

PDDI. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Americana, 2006. CD Rom.

PÁDUA, E.M.M. de. **Metodologia da Pesquisa: abordagem teórico-prática**. 8ª ed. Campinas – SP: Papirus, 2000.

PITU, Relatório da Secretaria de Transportes Metropolitano, 2004.

PMA. Prefeitura Municipal de Americana. Secretaria de Planejamento e Controladoria. Unidade de Estatística e Análise sócio-econômica, 2006.

PMA. Prefeitura Municipal de Americana. Secretaria de Planejamento e Controladoria. Unidade de Estatística e Análise sócio-econômica. **Informativo Sócio econômico n°22 ano 2005**, 2006.

PMA. Prefeitura Municipal de Americana. Secretaria de Planejamento e Controladoria. Unidade de Estatística e Análise sócio-econômica. **Plano de habitação Americana**, 1985.

PMA. Prefeitura Municipal de Americana. Secretaria de Planejamento e Controladoria. Unidade de Geoprocessamento, 2008.

Prefeitura Municipal de Americana. Foto aérea Represa de Salto Grande ano 2000. Unidade de Geoprocessamento, Americana – SP, 2006.

PMA. Prefeitura Municipal de Americana. Secretaria de Planejamento e Controladoria. Unidade de Desenvolvimento Físico e Urbanístico, 2006.

PMA. Prefeitura Municipal de Americana. Secretaria de Planejamento e Controladoria. Unidade de Desenvolvimento Físico e Urbanístico, 2008.

PMC. Prefeitura Municipal de Campinas. Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento e Meio Ambiente.(____)

PRÉTECEILLE, Edmond. A construção social da segregação urbana: convergências e divergências. In: **Espaço & debates** : Revista de estudos regionais e urbanos. São Paulo: Annablume Editora Comunicação. V. 24, n. 45, p. 11-23, Jan/Jul 2004.

PROJETO TANCREDÃO, 2008. Disponível em: <http://br.geocities.com/sostencredao/aguas_baciaPJC.htm . Acesso em: 6 jul. 2008.

RODRIGO, I.M.C. **Da terra à Profissão**: decisão, identidade social e agriculturas familiares, 1992. Dissertação (Doutorado) – Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1992.

ROLNIK, Raquel. “Instrumentos Urbanísticos : Concepção e Gestão” . In: **Revista de Arquitetura e Urbanismo Oculum**, n° 01, 2000.

SEADE, **Fundação Sistema Nacional de Análise de Dados** (São Paulo - SP). Sistema de Informações dos Municípios Paulistas. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/index.php>>. Acesso em: 2 abril 2005.

SEADE, **Fundação Sistema Nacional de Análise de Dados** (São Paulo - SP). Sistema de Informações dos Municípios Paulistas. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/ipvs/pdf/apresentacao.pdf> >. Acesso em: 18 de julho de 2006.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

UNERJ, Metodologia científica. **Orientações Metodológicas**. Jaraguá do Sul - RJ, 2003.

UNIVILLE, **Guia para apresentação de trabalhos acadêmicos**. Universidade da Região de Joinville. 3. ed. Joinville - SC, 2003.

VARGAS, Heliana Comin & RIBEIRO, Helena (Org.) “**Novos instrumentos de gestão ambiental urbana**”. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.